

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS MARTINS DE SOUSA

IMPACTOS DO COVID-19 NA ECONOMIA BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES

CURITIBA

2022

LUCAS MARTINS DE SOUSA

IMPACTOS DO COVID-19 NA ECONOMIA BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Naves de Deus Dornelas

CURITIBA

2022

RESUMO

Frente a instabilidade e flutuações no mercado de commodities até o ano de 2019, emergiu a partir de fevereiro de 2020 um novo fator de compressão no comércio internacional, a pandemia da COVID-19, que trouxe efeitos negativos na vida de toda população mundial e também nas economias globais. A presente monografia busca apresentar os principais impactos causados pela pandemia no comércio exterior brasileiro, mais precisamente na pauta de exportações de produtos dentro da balança comercial. A importância dessa pauta se dá pela importância das exportações das nações como um todo, mas principalmente porque em torno de 14,4% do PIB brasileiro está diretamente ligado as exportações segundo dados do IBGE em relação ao terceiro trimestre de 2021.

Para o desenvolvimento do trabalho primeiramente serão retomadas as principais discussões teóricas referentes ao comércio internacional entre a teoria clássica até o keynesianismo. Em seguida, será discutido o panorama macroeconômico geral da economia brasileira no período de 2011 a 2021, analisando os principais indicadores afetados. Posteriormente, será realizado um estudo do perfil e dinâmica das exportações brasileiras no mesmo período. O objetivo é analisar os dados levantados pelo *Comex Stat* sobre as importações e exportações brasileiras no período, tanto em termos gerais como por setor macroeconômico, a fim de compreender as verdadeiras consequências da pandemia no comércio exterior brasileiro. De um lado, pode-se constatar que a pandemia da COVID-19 teve efeitos negativos sobre indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), inflação, desemprego e saldo em transações correntes do Brasil e de nações que mantêm relações comerciais com o país. Em contrapartida, o comércio internacional do Brasil exibiu uma capacidade de não ser tão sensível em termos negativos pelos impactos da pandemia, destacando-se o desempenho notável do setor extrativo mineral e de commodities agrícolas como a soja.

Palavras-chave: COVID-19, importações, exportações, economia brasileira, comércio exterior.

ABSTRACT

In face of instability and fluctuations in the commodity market until 2019, a new factor of pressure on international trade emerged from February 2020, the COVID-19 pandemic, which brought negative effects on the lives of the entire world population and also in global economies. This monograph seeks to present the main impacts caused by the pandemic on Brazilian foreign trade, more precisely on the export agenda of products within the trade balance. The importance of this agenda is due to the importance of exports from nations as a whole, but mainly because around 14.4% of Brazilian GDP is directly linked to exports, according to IBGE data for the third quarter of 2021.

For the development of the work, the main theoretical discussions regarding international trade between classical theory and Keynesianism will be resumed. Then, the general macroeconomic panorama of the Brazilian economy in the period from 2011 to 2021 will be discussed, analyzing the main affected indicators. Subsequently, a study of the profile and dynamics of Brazilian exports in the same period will be carried out. The objective is to analyze the data collected by Comex Stat on Brazilian exports in the period, both in general terms and by macroeconomic sector, in order to understand the true consequences of the pandemic on Brazilian foreign trade. On the one hand, it can be seen that the COVID-19 pandemic had negative effects on indicators such as the Gross Domestic Product (GDP), disappeared, unemployment and current account balance in Brazil and in nations that maintained commercial relations with the country. On the other hand, Brazil's international trade shows an ability to not be so sensitive in negative terms to the impacts of the pandemic, highlighting the remarkable performance of the mineral extractive sector and agricultural commodities such as soy.

Keywords: COVID-19, imports, exports, Brazilian economy, foreign trade.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB brasileiro - preços constantes (%) de 2011 a 2021	25
Gráfico 2 - Taxa de desocupação (%) de 2011 a 2021.....	26
Gráfico 3 - Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA - % a.a.) De 2011 a 2021: taxa de variação.....	28
Gráfico 4 - Taxa selic (% a.a.) – dezembro – 2011 a 2021	30
Gráfico 5 - Taxa de investimento brasileira (% PIB) de 2011 a 2020	31
Gráfico 6 - Taxa de câmbio real/dólar - média anual de 2011 a 2021	32
Gráfico 7 - Saldo da balança comercial brasileira us\$ (milhões) de 2011 a 2021	34
Gráfico 8 - Saldo em transações correntes brasileiro (% PIB) de 2011 a 2021.....	35
Gráfico 9 - Valor total das exportações e importações do Brasil entre 2011 E 2022	38
Gráfico 10 - Principais destinos das exportações brasileiras em 2021.....	39
Gráfico 11 - Principais origens das importações brasileiras em 2021.....	40
Gráfico 12 - Exportação brasileira: saldo por unidade da federação em 2021.....	41
Gráfico 13 - visão geral dos produtos exportados pelo Brasil em 2021.....	43
Gráfico 14 - Visão geral dos produtos importados 2021.....	43
Gráfico 15 - Produtos mais complexos de acordo com PCI.....	44
Gráfico 16 - Produtos mais especializados de acordo com o índice RCA.....	45
Gráfico 17 - Análise exportação por complexidade dos produtos.....	46
Gráfico 18 - Análise importação por complexidade dos produtos.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	8
2.1 PENSAMENTO CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO	9
2.1 A CRÍTICA AO PENSAMENTO CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO	16
2.1 EXPORTAÇÕES - DETERMINANTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	19
3 PANORAMA GERAL MACROECONÔMICO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2011-2021	24
4 DADOS SOBRE O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 2011-2021	36
4.1 TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	36
4.2 PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL NO PERÍODO	38
4.3 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	41
4.4 COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DOS PRODUTOS EXPORTADOS	43
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19 gerou uma desaceleração econômica em nível global. Além da retração da atividade econômica, o comércio internacional entre as nações também foi afetado. No Brasil, o setor exportador é relevante, pois acrescenta e contribui à dinâmica econômica do país. Dessa forma, entender como este setor se comportou diante dos impactos da pandemia do COVID-19 auxilia a análise sobre a atual situação econômica do Brasil.

Neste sentido, a presente monografia tem o objetivo de analisar a dinâmica do setor exportador brasileiro entre 2011 a 2021, de modo a captar seu comportamento pré e durante a pandemia do COVID-19. Para tanto, utiliza-se da metodologia bibliográfica, em que se traz um apanhado teórico relatando sobre o comércio internacional e o impacto da pandemia, além da metodologia estatística, em que se analisam dados macroeconômicos e do comércio internacional com o intuito de analisar os efeitos desta pandemia sobre as importações e exportações brasileiras, especialmente durante o ano de 2020.

Para isso, o trabalho se estrutura a partir de três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Primeiramente há uma discussão teórica acerca do comércio internacional, fazendo um apanhado da evolução histórica das principais teorias que tratam do comércio internacional. No capítulo dois se discute sobre o panorama geral macroeconômico da economia brasileira no período 2011-2021. Por fim, no capítulo três parte-se para um estudo do perfil e da dinâmica das exportações brasileiras no período 2011-2021.

2 DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Conforme a globalização e a liberalização do comércio se intensificaram no final da década de 1980, houve um intenso debate sobre o impacto do comércio internacional no crescimento econômico. As principais teorias que explicam o comércio internacional e sua importância às economias nacionais apresentam diferentes pontos de vista. De um lado, há aqueles que afirmam que a liberalização do comércio promove o crescimento econômico e social com base nas teorias das vantagens comparativas e que o comércio exterior afeta positivamente a renda per capita e o crescimento por meio da difusão da tecnologia e do tamanho econômico dos diferentes países, como é afirmado pela teoria do crescimento endógeno. Por outro lado, existem teorias que sugerem que o comércio internacional pode piorar os termos de troca e afetar negativamente o crescimento de economias que não podem inovar, além de beneficiar muito mais os países desenvolvidos do que os países em desenvolvimento (SILVA et al, 2018).

O crescimento econômico dos países é determinado por diversos fatores, tais como o crescimento populacional, o progresso tecnológico, o capital físico e o capital humano, bem como aqueles relacionados à estabilidade econômica como à infraestrutura, à corrupção, à inflação e ao comércio internacional.

A literatura traz uma ampla discussão acerca das teorias que abordam a relação entre comércio mundial e crescimento econômico, englobando os pensamentos clássicos e neoclássicos. Autores como Adam Smith, David Ricardo, Eli Heckscher e Bertil Ohlin tiveram grande destaque nesse contexto. As teorias abordadas nesse capítulo envolvem uma série de considerações desses autores, que são discutidos de forma expositiva.

Exemplos dessas teorias incluem a abordagem sobre a escola clássica da década de 1870, cujos preceitos foram aprimorados com o uso intensivo de recursos matemáticos, bem como a escola neoclássica, também conhecida como marginalista, que se concentrava no estudo da microeconomia e no desenvolvimento da teoria da utilidade marginal e das análises de equilíbrio geral e parcial (IZEPÃO, BRITO, 2018).

Por outro lado, o capítulo também busca apresentar abordagens não concordes com as teorias clássica e neoclássica do comércio internacional, como

exposto nas obras de List e Prebisch, além da relevância dada às exportações como componente da demanda agregada, a partir das ideias de Kaldor.

Apesar de inúmeros modelos econométricos e ensaios inspirados em teorias neoclássicas, keynesianas, evolucionistas e institucionais, bem como em teorias do desenvolvimento, os determinantes do crescimento econômico permanecem controversos e não há consenso sobre as políticas que o conduzem. Cada modelo inspirado por essas teorias não é validado em sua totalidade empiricamente e, além disso, cada um ignora uma ou mais características essenciais das economias modernas (LORENTE, 2021).

Dessa forma, o capítulo se encontra estruturado em três seções. A primeira analisa o pensamento clássico e neoclássico sobre a importância do comércio internacional, no qual se discorre sobre o mercantilismo em uma perspectiva histórica, sobre a ideia de divisão do trabalho, com as teorias das vantagens absolutas e comparativas, além dos modelos de dotação de fatores e das economias de escala. Na segunda seção discorre-se sobre a crítica ao pensamento clássico e neoclássico, de Friedrich List, filósofo alemão do século XVIII e Nicholas Kaldor, no qual se considerava a existência de assimetrias no comércio externo, com base nas diferentes capacidades industriais entre os países, assim como um ambiente internacional divergente. Por fim, na terceira seção analisa-se as exportações como determinantes do crescimento econômico, discutindo, inicialmente, as ideias de John Maynard Keynes, com a teoria que apresenta uma série de discordâncias com a teoria neoclássica, no sentido de buscar explicações para os impasses do sistema (não previstas por outros teóricos) e as vias pelas quais se poderia solucioná-las, assim como a teoria de Kaldor.

2.1 PENSAMENTO CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO

Existem diversas teorias que buscam explicar os fatores determinantes do comércio internacional. De acordo com Coutinho et al. (2005), até a primeira metade do século XVIII, as teorias mercantilistas exerciam influência sobre o comércio internacional, cujo principal objetivo era obter um superávit comercial. Já na segunda metade do século XVIII, surgiram novos debates que traçaram novos rumos na

economia internacional, nos quais os acordos comerciais se tornaram uma das ferramentas mais utilizadas.

O mercantilismo não pode ser entendido se não levarmos em conta que durante o século XVI houveram dois fenômenos intimamente relacionados na Europa: a ascensão das potências coloniais, basicamente Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Holanda, e um tremendo crescimento do comércio. Estes fatos são explicados pela expansão do mundo até então conhecido, fruto da chegada à América por Cristóvão Colombo em 1492, mas também pela descoberta de uma rota marítima para a Ásia (Índia e países árabes) quando Vasco da Gama realizou a circunavegação da África em 1497. As companhias de ambos os navegadores resultaram de um interesse dos europeus em comerciar com o Oriente, interesse crescente desde as viagens de Marco Polo à China no final do século XIII (ROJAS, 2004).

O século XVII marca a ascensão das políticas mercantilistas na Europa, como consequência do tremendo crescimento do comércio colonial, das marinhas mercantes europeias, da produção e saque de metais preciosos no México e no Peru, o que permitiu o crescimento da oferta monetária na Europa. Dois governos normalmente referidos como paradigmas da aplicação das políticas mercantilistas foram o de Oliver Cromwell na Inglaterra e, sobretudo, o de Jean Baptiste Colbert na França. Oliver Cromwell, líder puritano da Guerra Civil Inglesa que apareceu em 1640, chegou a ser nomeado de *Lord Protector* em 1653 e morreu em 1658, e durante seu governo procurou promover o comércio, permitiu o retorno dos judeus à Inglaterra e promulgou o primeiro Ato de Navegação em 1651. J.B. Colbert, ministro de Luís XIV da França (1661-1683), reformou as finanças e a justiça naquele país, promoveu o comércio e a indústria através de leis protecionistas e de navegação (ROJAS, 2004).

A teoria do comércio internacional tem como objetivo identificar os benefícios que as trocas comerciais entre países podem trazer, como o padrão de comércio, a quantidade de bens comercializados e os níveis de preços para os quais esses bens são importados e exportados. Durante os séculos XVI e XVIII, a teoria mercantilista prevaleceu, defendendo que o comércio internacional era fonte de riqueza proporcionada pelos ganhos derivados dos superávits comerciais. Esses superávits permitiam um aumento na demanda e a acumulação de reservas internacionais, possibilitando o crescimento econômico e a estabilização do câmbio e dos preços. No entanto, como a economia global é fechada, o ganho de um país ocorria em

detrimento dos demais, em um jogo de soma zero. Assim, essa teoria enfatizava o bem-estar da própria nação, defendendo um governo eficiente capaz de promover as exportações e impor barreiras comerciais aos produtos estrangeiros. (SODERSTEN & REED, 1994; PPLEY RD & FIELD, 1998).

No final do século XVIII, os pressupostos mercantilistas foram questionados pelos autores clássicos, como David Hume, que criticou a possibilidade de uma economia acumular superávits e divisas indefinidamente sem perder competitividade em relação ao mercado internacional, o que ficou conhecido como a hipótese de preço-fluxo de metais preciosos.

O século XVIII seguinte presenciou, em sua segunda metade, mudanças muito importantes que marcam o fim do primado das políticas mercantis. Por um lado, temos o início do colapso das potências coloniais, com a Revolução Americana em 1776 e o fim do absolutismo que marca a Revolução Francesa de 1789. Por outro lado, tem-se o início da Revolução Industrial na Inglaterra (em 1769 onde James Watt patenteia a máquina a vapor). Por fim, tem-se também o início de importantes mudanças intelectuais, que resultaram das contribuições dos fisiocratas e dos clássicos: François Quesnay publicou seu *Tableau Économique* em 1758, e Adam Smith publicou *The Wealth of Nations* em 1776 (ROJAS, 2004).

Inicialmente sistematizado por Adam Smith em sua crítica ao mercantilismo e defesa da divisão do trabalho, o pensamento clássico liberal sobre o comércio internacional foi aperfeiçoado por David Ricardo, que desenvolveu o conceito de vantagens comparativas. A partir dessa perspectiva, o comércio entre países ocorrerá quando houver benefícios para os envolvidos a partir da existência de vantagens comparativas. Segundo essa teoria, um país possui vantagem comparativa na produção de um bem quando o custo de oportunidade desse bem é menor em relação a outro país. Dessa forma, para Smith, a manutenção de políticas comerciais liberais, nas quais um país se especializa na produção de bens em que possui vantagens comparativas, resultaria em ampliação do comércio, maior disponibilidade de bens, maiores lucros e conseqüentemente, aumento do crescimento econômico (Smith, 2003).

A percepção de Adam Smith em relação às vantagens do comércio internacional tem como premissa o trabalho como principal fator de riqueza da nação, de forma que a divisão do trabalho traria melhores especializações, elevando a

produtividade na economia. Internacionalmente, a divisão trabalhista se daria pelas diferenças entre os países, onde cada qual trabalharia utilizando os recursos mais favoráveis para seu próprio país, importando os recursos que lhe eram mais escassos e/ou improdutivos (BARRAL, 2007).

David Ricardo desenvolveu posteriormente uma melhoria na defesa do comércio internacional, utilizando o conceito de vantagens comparativas ou relativas. Segundo Ricardo (1996), é possível que o comércio ocorra mesmo quando um país tem vantagem absoluta na produção de todos os bens, desde que possua vantagem relativa, relacionada à eficiência na produção. Essa eficiência diz respeito à produção em que o país apresenta maior eficiência na mão de obra em comparação à produção interna de outros bens.

Dessa forma, o comércio internacional pode trazer ganhos para o país que se especialize e exporte bens com menor custo de produção, medido pelo custo da mão de obra, em comparação a outros bens produzidos internamente. Ricardo exemplifica essa relação comercial com Portugal e Inglaterra no comércio de vinhos e tecidos, destacando que, apesar de Portugal ter vantagem absoluta na produção de ambos os bens, seria mais vantajoso especializar-se na produção de vinhos, produto em que apresentava vantagem relativa (Ricardo, 1996, p.101).

A Inglaterra exportava tecidos em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva; teria mais tecidos e vinho do que se os produzisse para si mesma; Portugal importava tecidos e exportava vinho porque a indústria portuguesa poderia ser mais benéficamente utilizada para ambos os países na produção de vinho.

De acordo com Silva e Lourenço (2017), o modelo de Ricardo destaca que os países tendem a exportar bens nos quais possuem maior produtividade relativa do trabalho e a importar aqueles nos quais sua produtividade relativa da mão de obra é menor, indicando que o comércio internacional é definido por essas vantagens comparativas.

As críticas mais importantes à teoria do comércio internacional de Ricardo estão relacionadas à falta de explicação para as diferenças tecnológicas, à consideração de um único fator de produção (sem levar em conta a importância do capital, por exemplo), além de outros pressupostos teóricos da teoria clássica (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Krugman e Obstfeld (2003) afirmam que uma visão mais realista do comércio internacional deve considerar não apenas a importância do fator trabalho, mas também outros fatores de produção, como terra, capital e recursos naturais. De acordo com os autores, um modelo de comércio internacional que explica o papel das diferenças entre as dotações de recursos é o modelo neoclássico desenvolvido por Eli Heckscher e Bertil Ohlin.

No modelo Heckscher-Ohlin, a vantagem relativa de um país é influenciada pela interação entre os recursos disponíveis (ou sua relativa abundância) e o processo de produção que influencia a intensidade com a qual diferentes fatores são combinados na produção de diferentes bens (KRUGMAN; OBSTFELD, 2003).

O modelo apresenta que o comércio internacional é amplamente impulsionado pelas diferenças de recursos existentes entre os países. Mas ao mesmo tempo, enfatiza a interação em que esses diversos fatores de produção estão disponíveis em diferentes países, bem como as proporções em que são usados na produção de vários tipos de bens. Portanto, evidencia que as vantagens relativas e, portanto, as exportações, dependem também da dotação de terra, trabalho e capital e não apenas do fator trabalho, como apontava o modelo de anterior, de Ricardo.

De acordo com o modelo de Heckscher-Ohlin, o comércio ocorreria até que o preço marginal dos fatores de produção fosse equiparado, tendo em vista as diferenças fatoriais entre países (MOREIRA, 2012). O modelo simplificado considera dois fatores (trabalho e terra), dois produtos e dois países, além de pressupostos de estrutura de mercado em concorrência perfeita, rendimentos constantes de escala, livre mobilidade dos fatores dentro dos setores produtivos (mas não entre os países), preços flexíveis e produtos e fatores homogêneos em ambos os países (MOREIRA, 2012).

Em resumo, de acordo com essas hipóteses, um país se especializaria na produção do bem que possuísse maior dotação fatorial. Ou seja, um país rico em terra produziria alimentos, enquanto um país rico em mão de obra se especializaria na produção de bens intensivos em trabalho. No modelo de Heckscher-Ohlin, nenhum país é abundante em todos os fatores de produção, o que significa que o intercâmbio de mercadorias reflete uma troca indireta de fatores de produção até que o preço desses fatores seja igualado (MOREIRA, 2012).

Portanto, o modelo considera as diferenças na dotação de fatores de produção como o principal determinante das vantagens comparativas, ou seja, quanto maior a diferença entre fatores produtivos, maior será o ganho para as economias integradas ao comércio internacional.

No entanto, Silva e Lourenço (2017) alertam que o modelo apresenta as dotações de fatores como se fossem exógenas. Isso significa que, se um país tem um elevado estoque de capital, só poderá produzir bens intensivos em capital, caso contrário incorreria em significativas perdas em relação aos demais. Um resultado semelhante poderia ser obtido caso países abundantes em terra/mão de obra tentassem produzir bens intensivos em capital.

Portanto, no modelo, as vantagens comparativas de cada país dependem de suas dotações de fatores, de modo que haverá especialização e exportação do bem intensivo no fator abundante e importação de bens cujo processo produtivo é intensivo no fator escasso naquele país.

Houveram várias críticas ao modelo de Heckscher-Ohlin e uma das mais conhecidas é a de Leontief. Ao analisar a matriz insumo-produto da economia dos EUA de 1945 a 1970, ela descobriu que as exportações eram menos intensivas em capital do que as importações, o que era contrário ao esperado pelo modelo, já que os EUA eram intensivos em capital. Outra crítica refere-se à tese de que o estímulo ao comércio seria maior entre países com diferentes dotações de fatores. No entanto, evidências empíricas mostraram que o comércio internacional tende a ser mais intenso entre economias com estruturas produtivas semelhantes. (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Por outro lado, Krugman e Obstfeld (2003) apontam que as evidências empíricas são inconclusivas no modelo de Heckscher-Ohlin e que as diferenças nas dotações de recursos, por si só, não podem explicar o padrão de comportamento do comércio internacional. Eles consideram o modelo útil para analisar os efeitos do comércio sobre a distribuição dos fatores de produção, mas salientam a necessidade de levar em conta as diferenças na tecnologia disponível entre os países.

Krugman introduz novos aspectos ao considerar a existência de economias de escala e o comércio internacional em uma estrutura de mercado em concorrência monopolística. Nessa estrutura, o comércio internacional aumenta a variedade de bens disponível, onde cada país produz uma gama variada de bens diferenciados. O

modelo não enfatiza apenas a dotação de fatores, mas também as preferências e a tecnologia. Diferentemente do proposto por Heckscher-Ohlin, Krugman destaca a importância das preferências do consumidor e das inovações tecnológicas para o comércio internacional. (SILVA; LOURENÇO, 2017).

De acordo com Silva e Lourenço (2017), nos modelos clássico e neoclássico, quando dois países possuem preferências, tecnologias e endowments de fatores idênticos, não há benefícios do comércio internacional e este não ocorre. No entanto, Krugman desenvolveu um modelo no qual o comércio internacional pode ocorrer devido à presença de economias de escala que levam os países a se especializarem na produção de bens levemente diferenciados.

Krugman argumenta que em economias fechadas, as economias de escala são limitadas pelo tamanho do mercado interno. Porém, quando um país passa a realizar trocas comerciais com outros países, o mercado para seus bens é ampliado, o que aumenta as economias de escala e a divisão do trabalho (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Com o aumento da escala de produção, há uma ampliação da produtividade do trabalho, a redução dos custos médios e dos preços, o que aumenta as transações comerciais entre os países. Segundo o modelo Heckscher-Ohlin, quanto maiores forem as diferenças de fatores de produção, maior será o comércio interindustrial. Por outro lado, quanto mais semelhantes as dotações de fatores, maior a presença de economias de escala e, portanto, maior o comércio intraindústria (KRUGMAN; OBSTFELD, 2003).

Krugman e Obstfeld (2003) mostram que aproximadamente de 1/4 do comércio mundial consiste em comércio intraindústria, ou seja, trocas bidirecionais de mercadorias dentro dos padrões de classificação industrial. O comércio intraindústria desempenha um papel fundamental nas exportações de produtos manufaturados entre as nações avançadas na indústria. Segundo os autores, os países industrializados tornaram-se cada vez mais parecidos em seus níveis de qualificação da mão de obra, disponibilidade de capital e tecnologia.

Dessa forma, não haveria vantagens comparativas claras e o comércio assumiria um formato de trocas dentro das indústrias, muito provavelmente conduzidas por economias de escala, ao invés de especialização intersetorial impulsionada por vantagens comparativas (KRUGMAN; OBSTFELD, 2003).

Nos últimos anos, os trabalhos empíricos sobre comércio internacional têm evidenciado um incremento das exportações e importações entre países, ou grupos de países, de mercadorias pertencentes ao mesmo segmento industrial, o qual foi denominado de comércio intra-indústria ou intra-setorial. Entretanto esse padrão não é consistente com a teoria tradicional, cujas hipóteses básicas fundamentam o comércio interindustrial ou intersetorial. (AVELINO, CARVALHO E SILVA, 2009, p.832)

É válido ressaltar que tanto o comércio entre diferentes setores quanto o comércio dentro de um mesmo setor podem ocorrer simultaneamente em uma economia. No comércio entre diferentes setores, é aplicada a teoria de Heckscher-Ohlin, em que a especialização é baseada na distribuição de fatores em cada país. Já no comércio dentro de um mesmo setor, a comercialização é possível mesmo que os países possuam uma distribuição de fatores semelhante. Neste caso, o comércio é fundamentado principalmente na existência de economias de escala, concorrência imperfeita e diferenciação dos produtos, elementos mais próximos da realidade, inclusive.

Os argumentos mais relevantes a favor do comércio intra-setorial são: em primeiro lugar, quanto maior for o intercâmbio dentro de um mesmo setor, menores serão os custos de adaptação da estrutura produtiva nacional em resposta às variações do comércio exterior; em segundo lugar, quanto maior for a complementação produtiva entre os países, menor será a possibilidade de imposição de barreiras comerciais às importações (AVELINO, CARVALHO E SILVA, 2009).

Ao longo dos anos, tem-se observado um aumento na tendência do comércio intra-setorial na economia brasileira. No entanto, estudos empíricos, como os realizados por Oliveira (2010), Lêrda (2018), Albuquerque e Fernandes (2019) e Hidalgo (2017), indicam que esse padrão de trocas é mais frequente em grupos de produtos manufaturados que são mais diferenciados e que utilizam mão de obra com salários mais elevados, os quais estão sujeitos a menores barreiras comerciais.

De acordo com Moreira (2012), esse argumento das economias de escala resgata a defesa smithiana das vantagens do livre-comércio, tendo em vista a relação entre a divisão do trabalho e a extensão dos mercados. Nesse sentido, o comércio internacional permitiria ampliações dos mercados, das escalas de produção e da divisão do trabalho.

2.2 A CRÍTICA AO PENSAMENTO CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO

No século XVIII, o filósofo alemão Friedrich List fez uma crítica ao livre comércio defendido pelos economistas clássicos, argumentando que existiam assimetrias no comércio externo devido às diferentes capacidades industriais entre os países e a um ambiente internacional conflituoso. Segundo List (2006), os grandes estadistas reconheciam a influência da produção industrial na riqueza, na civilização e no poder das nações, e a necessidade de protegê-los.

List defendia a existência de tarifas alfandegárias como medida protetora para manter a força produtiva nacional e garantir maior quantidade de bens materiais no futuro, bem como independência industrial em caso de guerra. Em suas palavras, "a História pode provar que as medidas protetoras nasceram das aspirações naturais das nações ao bem-estar, independência e poder, ou na sequência de guerras e medidas comerciais hostis das nações manufatureiras dominantes" (LIST, 2006, p. 347).

List (2006) também propunha o desenvolvimento dos setores produtivos como forma de fortalecer a economia nacional e reduzir a disparidade em relação a países mais ricos. Segundo o autor, as vantagens das nações não são herdadas, mas criadas, e ele defendia a atuação deliberada do Estado na promoção de fortes investimentos em infraestrutura para inserir o país de forma mais competitiva no mercado internacional.

Outro economista que contribuiu para a teoria antiliberal do comércio internacional foi Nicholas Kaldor, da Hungria. Para Kaldor (1972), os ganhos do livre comércio apenas ocorrem na economia neoclássica quando se consideram as hipóteses de retornos constantes de escala e concorrência perfeita, já que fora dessa estrutura, em sistemas reais, há um aprofundamento da desigualdade entre países ricos e pobres.

De acordo com Silva e Lourenço (2017), a argumentação de Kaldor decorre da existência de retornos decrescentes na agricultura e de retornos crescentes na indústria, de forma que os países à avançados no processo de industrialização são beneficiados por mais vantagens competitivas a cada aumento no mercado de seus bens. Este ponto, além de desestimular o crescimento econômico dos países mais

pobres, acelera o processo de desindustrialização nos países que não têm uma indústria ainda avançada.

Segundo Kaldor (1972), o livre comércio pode prejudicar países em desenvolvimento que não possuem uma estrutura produtiva moderna. O autor adota o princípio keynesiano da demanda efetiva e argumenta que o crescimento da indústria é determinado pelo crescimento das exportações, já que outros componentes da demanda agregada (consumo, investimento e gastos públicos) possuem limitações. De acordo com Kaldor, a alocação de fatores influencia a estrutura produtiva do país, mas não é determinante como no modelo de Heckscher-Ohlin. O autor defende que as vantagens competitivas são derivadas de diferenciais tecnológicos, de conhecimento e de capacidade, que são criados e reproduzidos e não apenas herdados (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Segundo Kaldor (1972), países com indústrias menos desenvolvidas teriam um crescimento mais lento do que aqueles com indústrias mais modernas, o que levaria à polarização entre os países. Essa análise de Kaldor é semelhante à teoria desenvolvida por Raúl Prebisch, um dos pioneiros do pensamento da CEPAL, sobre a relação centro-periferia. Prebisch (1949) enfocou a questão da apropriação desigual do excedente por diferentes áreas geográficas da economia mundial, em que as estruturas econômicas dos países centrais têm alta produtividade e diversidade em seus setores produtivos, enquanto a periferia tem uma estrutura heterogênea em produtividade e alto grau de especialização.

Com base em Prebisch (1949), essa discrepância resulta em um processo de intercâmbio e desenvolvimento não uniforme entre as áreas. Sendo assim, o subdesenvolvimento não é considerado uma fase anterior ao desenvolvimento, mas sim uma situação simultânea na história do capitalismo global. De acordo com Prebisch e outros pensadores da CEPAL, a superação do subdesenvolvimento ocorreria por meio de um projeto de desenvolvimento capitalista promovido pelo Estado. Portanto, a industrialização e a criação de um mercado interno são os fatores dinâmicos impulsionadores desse plano de desenvolvimento (BIELSCHOWLSKY, 2000).

De acordo com Prebisch (1949), a industrialização não é um objetivo em si mesmo, mas representa o único meio pelo qual os países periféricos podem absorver parte dos benefícios do progresso tecnológico e elevar progressivamente o padrão de

vida de suas populações. O autor argumenta ainda que, embora o aumento da produtividade nos países industrializados tenha estimulado a demanda por produtos primários e, portanto, tenha sido um elemento dinâmico para o crescimento da América Latina, os benefícios do progresso técnico se concentraram principalmente nos centros industrializados, não se estendendo aos países periféricos do sistema econômico global. Uma das razões seria a alta elasticidade-renda da demanda por bens manufaturados em comparação com a de bens primários, o que leva à deterioração dos termos de troca para os países periféricos.

Entretanto, Medeiros e Serrano (2001) alertam que essa defesa da industrialização não é contrária ao comércio internacional nem uma defesa da autarquia. Na verdade, sua principal argumentação é que a industrialização, ao permitir a ampliação das exportações, possibilita o aumento das importações (em um cenário de substituição de importações). Assim, nos países periféricos não emissores da moeda de curso internacional e que, geralmente, apresentam problemas estruturais nos balanços de pagamentos, as exportações disponibilizam moeda estrangeira que possibilitam o cumprimento de suas obrigações externas e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Prebisch e a CEPAL enfatizavam a importância estratégica que a integração comercial latino-americana poderia ter para que os países da região conseguissem escalas mínimas adequadas para se tornarem produtores eficientes e, a partir daí, exportadores de produtos industriais menos sofisticados dentro da região. Historicamente, no entanto, tal integração não veio a ocorrer senão de forma incipiente e muito descontínua (MEDEIROS; SERRANO, 2001, p.4).

Conforme escrito por Moreira (2012), Prebisch criticou bastante os modelos clássico e neoclássico, ao apresentar que a divisão internacional do trabalho defendida por esses modelos era falsa, pois os benefícios do desenvolvimento econômico não chegaram aos países mais pobres, limitando-se aos países centrais e mostrando os desequilíbrios que resultaram do comércio internacional.

2.3 EXPORTAÇÕES - DETERMINANTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

As ideias de John Maynard Keynes surgiram no contexto do pós-guerra e em um período de grande crise financeira no sistema capitalista mundial, a Crise de 1929, que teve consequências desastrosas sobre as principais economias do mundo. A

teoria de Keynes apresentou uma série de rupturas com a teoria neoclássica, buscando explicações para as crises do sistema que não haviam sido previstas por outros teóricos, além de propor soluções para essas crises. (HUNT; SHERMAN, 1992).

Os principais elementos na análise de Keynes (1936) referem-se à sua ênfase na relação macroeconômica e na orientação da renda a partir da demanda. O primeiro elemento diz respeito à preocupação dos keynesianos com os determinantes relativos às quantias de consumo, poupança, renda, produção e emprego em termos totais, ou seja, agregados. O segundo elemento é uma das contribuições mais importantes de Keynes, que propôs uma ruptura com a Lei de Say, defendida pelos clássicos e neoclássicos, e entendeu a demanda efetiva como determinante da renda nacional, da produção e do emprego. (BRUE, 2005).

Segundo a teoria keynesiana, os gastos agregados realizados pelos empresários, que implicam também no pagamento de salários, que serão em parte convertidos em consumo, no presente, sob perspectivas de incertezas em relação ao futuro, determinam o nível de produto a ser obtido no período futuro. Assim, os investimentos têm papel central na análise keynesiana. Além disso, a orientação keynesiana aponta para outras questões, como a instabilidade nos salários e preços, a necessidade de políticas fiscais e monetárias ativas, e a presença de instabilidade no sistema capitalista, ocasionada, entre outros fatores, pela irregularidade do nível de gastos e pela instabilidade nas taxas de lucro obtidas. (KEYNES, 1936).

Durante os anos 1930, Kaldor se consolidou como economista acadêmico, e suas contribuições foram feitas por meio de sua teoria do crescimento liderado pelas exportações, enfatizando a importância do comércio internacional para o desenvolvimento de um país. Enquanto Keynes estudava a economia fechada, Kaldor abria a economia para análise, trazendo novas perspectivas para o estudo do crescimento econômico.

A Teoria geral de Keynes e a revolução keynesiana não passaram ao largo dos interesses de Kaldor, tanto que se aproximou do grupo de Cambridge após duas grandes contribuições. A primeira relacionada ao ataque à Pigout, ao qual converte o modelo para uma estrutura keynesiana, uma vitória notável baseada na reconstrução de um modelo. Ao mesmo tempo em que representou um indicativo da transformação do debate econômico de verbal para embates baseados em modelos. O segundo de generalizar a Teoria Geral com explicação do por que é o produto e não os preços (taxa de juros) que ajustam a poupança para investimento, que se tornou uma base para escola pós-keynesiana (SANTOS, 2014, p. 6)

Segundo Britto e Romero (2011), as principais contribuições de Kaldor ao pensamento econômico podem ser encontradas a partir desses fatos estilizados, que ficaram conhecidas como Leis de Kaldor. A primeira lei identifica a indústria como o motor do crescimento econômico, baseada na relação entre as taxas de crescimento do produto industrial e não-industrial. Já a segunda lei verifica uma relação causal entre o crescimento do produto e a produtividade industrial.

Cabe observar que ambas as proposições trazem destaque ao tema dos retornos crescentes de escala como fatores essenciais ao crescimento econômico. “Uma vez abandonada a hipótese de pleno emprego da força de trabalho, Kaldor passou a defender a idéia de que o crescimento das economias capitalistas industrializadas seria liderado pela demanda” (FREITAS, 2003, p. 2).

Segundo Kaldor, o crescimento das economias capitalistas industrializadas seria impulsionado pela demanda, entendida pelo autor como gastos autônomos, tais como exportações e despesas governamentais. Entretanto, o crescimento econômico poderia encontrar como limitante a restrição efetiva do balanço de pagamentos, ou seja, em caso de desequilíbrio, quando não existe a igualdade entre entrada e saída de recursos do país por meio de residentes e não residentes.

O modelo proposto por Nicolas Kaldor busca explicar a disparidade nas taxas de crescimento econômico entre os países por meio de uma combinação entre o modelo de crescimento liderado pela demanda e a condição de equilíbrio no balanço de pagamentos.

Segundo Kaldor (1970), o crescimento econômico é impulsionado pela demanda de exportação de uma região, o que se torna o ponto de partida para explicar a relação entre comércio exterior e crescimento econômico. Uma interpretação dessa hipótese é que o crescimento cumulativo das exportações é resultado de maiores retornos de escala, decorrentes da produção em grande escala, economias de aprendizado e acumulação (SILVA et al, 2017).

Conforme outra interpretação do argumento de Kaldor, os salários reais permanecem relativamente constantes entre regiões devido à mobilidade do trabalho. No entanto, a lei de Verdoorn sugere que as regiões com maior crescimento da produção terão maiores rendimentos. Assim, os salários de eficiência serão mais baixos em regiões de rápido crescimento, criando um mecanismo para o crescimento contínuo nessas regiões. Dessa forma, as exportações podem gerar um círculo

virtuoso de crescimento, no qual um aumento nas exportações leva a um aumento na produção da economia. Isso aumenta a produtividade, reduzindo custos e salários de eficiência, o que ajuda a aumentar a competitividade das exportações. (SILVA et al, 2017).

A lei de Kaldor destaca que a demanda pode ser o principal fator a restringir o crescimento de longo prazo, especialmente em uma economia aberta onde pode ser limitada pelo balanço de pagamentos. O modelo de Thirlwall formaliza essas questões e destaca o balanço de pagamentos como determinante do crescimento econômico, já que as restrições ao balanço de pagamentos podem ser acompanhadas por restrições à demanda. (SILVA et al, 2017).

Conforme a análise Keynesiana, as exportações de bens e serviços são um componente essencial da demanda agregada e têm um papel determinante no crescimento econômico das nações. Isso ocorre devido a uma série de efeitos que as exportações exercem nas economias nacionais, tais como economias de escala, aprendizado, progresso técnico (associado à abertura comercial e investimento estrangeiro) e maior eficiência decorrente de uma melhor alocação e uso dos recursos produtivos, resultando em ganhos de produtividade (FASANO FILHO, 1988).

As exportações são vistas como importantes promotoras do crescimento pelo lado da demanda agregada, no sentido de se destacar como uma fonte independente de demanda efetiva, além de atuarem na geração de divisas, diminuindo a restrição externa (CARBINATO, 2011). Nessa compreensão, países que conseguem obter maiores elasticidade-renda na demanda internacional em seus produtos geralmente tendem a apresentar melhores desempenhos de exportações e também crescimento de renda como um todo (LIBÂNIO; MORO; LANDI, 2014).

Nesta mesma linha de pensamento heterodoxa, pode-se argumentar que o processo de crescimento econômico não depende apenas das exportações, mas também da natureza da produção e dos tipos de bens e serviços produzidos. A visão shumpeteriana, por exemplo, foca na análise dos processos relacionados à inovação, acreditando que as diferenças de renda entre os países estão associadas aos diferentes níveis tecnológicos e suas respectivas capacidades de inovação. Assim, estruturas produtivas intensivas em tecnologia, que poderiam estar vinculadas a demandas de países externos, tendem a oferecer melhores perspectivas de crescimento futuro, enquanto tecnologias mais simples tendem a ter mercados com

crescimento mais lento, potencial de aprendizagem mais limitado e menor escopo para avanço tecnológico (LIBÂNIO; MORO; LANDI, 2014).

Por outro lado, a abordagem neoclássica, como discutido anteriormente, avalia o processo de crescimento econômico a partir da perspectiva da oferta ou da capacidade produtiva. Nessa linha de pensamento, um argumento que justifica a importância das exportações como determinante do crescimento econômico diz respeito aos impactos da abertura comercial de um país. Os estudos dessa vertente enfatizam os efeitos de eficiência produtiva e de concorrência promovidos por níveis baixos ou nulos de barreiras tarifárias e políticas cambiais com reduzido nível de intervenção do governo (CARBINATO, 2011).

Assim, o papel das exportações no processo de acumulação de capital e crescimento econômico pode ser justificado e argumentado tanto pelo lado da demanda, de inspiração Keynesiana, quanto pelo lado da oferta, por meio dos efeitos de escala e ganhos de eficiência. Dessa forma, com base nesse arcabouço teórico, nos próximos capítulos pretende-se analisar a dinâmica das exportações brasileiras no período de 2011 a 2021, incluindo os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre essa atividade.

3 PANORAMA GERAL MACROECONÔMICO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2011-2021

Este capítulo procura analisar o panorama macroeconômico geral da economia brasileira no período entre 2011 e 2021. A escolha deste período se justifica por buscar representar a dinâmica econômica do Brasil na última década, em que se observa um típico ciclo econômico de expansão e contração da atividade produtiva, inclusive com os impactos do choque da pandemia do COVID-19. Para tanto, serão analisados alguns dos principais dados macroeconômicos para este período.

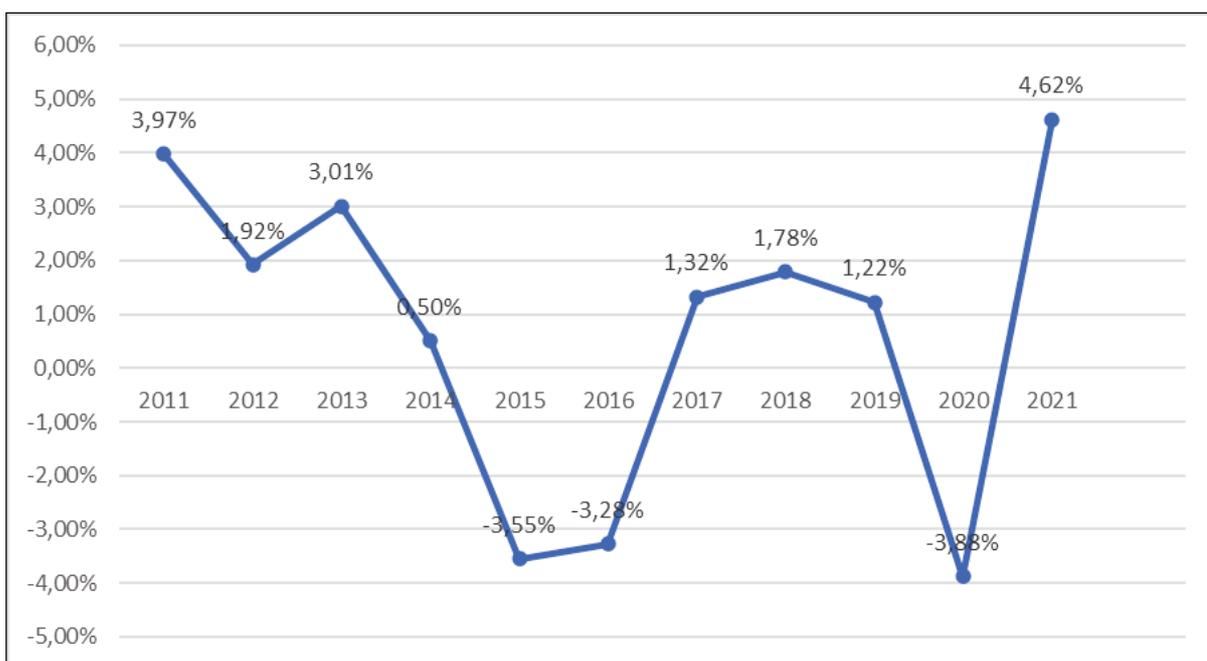
As contas nacionais são a principal fonte de estatísticas econômicas para economistas e pesquisadores que analisam como funciona a economia. A estatística mais importante derivada do Sistema de Contas Nacionais (SCN) é o produto interno bruto (PIB), que mede a produção líquida total de bens e serviços da economia durante um período de tempo. Entender como o PIB e os agregados macroeconômicos mais importantes evoluem é tarefa da teoria macroeconômica que, através da construção de modelos teóricos, desenvolve hipóteses comportamentais sobre a importância das relações de causa e efeito macroeconômicas (FEIJÓ, 2013).

As variáveis são manipuladas para explicar os movimentos do PIB ao longo do tempo, hierarquização dos fatos econômicos, e agrupá-los para que possam ser sistematicamente e consistentemente quantificados e monitorados. Em outras palavras, os SCN são sistemas nos quais ocorre uma avaliação contínua, consistente e padronizada da atividade econômica. Portanto, eles são uma referência importante para orientar os participantes econômicos na tomada de decisões no quadro macroeconômico (FEIJÓ, 2013).

O Gráfico 1 representa a taxa de crescimento do PIB do Brasil com base em dados do FMI (2022) para o período 2011-2021. O crescimento econômico do Brasil neste período mostra alta volatilidade. O início do período de análise mostra taxas de crescimento positivas, mas o declínio mais significativo é entre 2014 e 2016, quando o país passou por uma recessão. Os anos 2017-2019 mostram novamente taxas de crescimento do PIB positivas, mas em um nível baixo. Em 2020 também pode ser observada uma queda na taxa de crescimento do PIB brasileiro, devido ao impacto causado de forma atípica pela pandemia do COVID -19, que afetou negativamente tanto a economia brasileira quanto a mundial. Posteriormente, em 2021 observa-se

crescimento do PIB, o que pode estar relacionado ao fim das medidas de restrição impostas pela pandemia do COVID-19, somado ao carregamento estatístico de se estar crescendo diante de um ano anterior com baixa acentuada do PIB.

GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO - PREÇOS CONSTANTES (%) DE 2011 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2022).

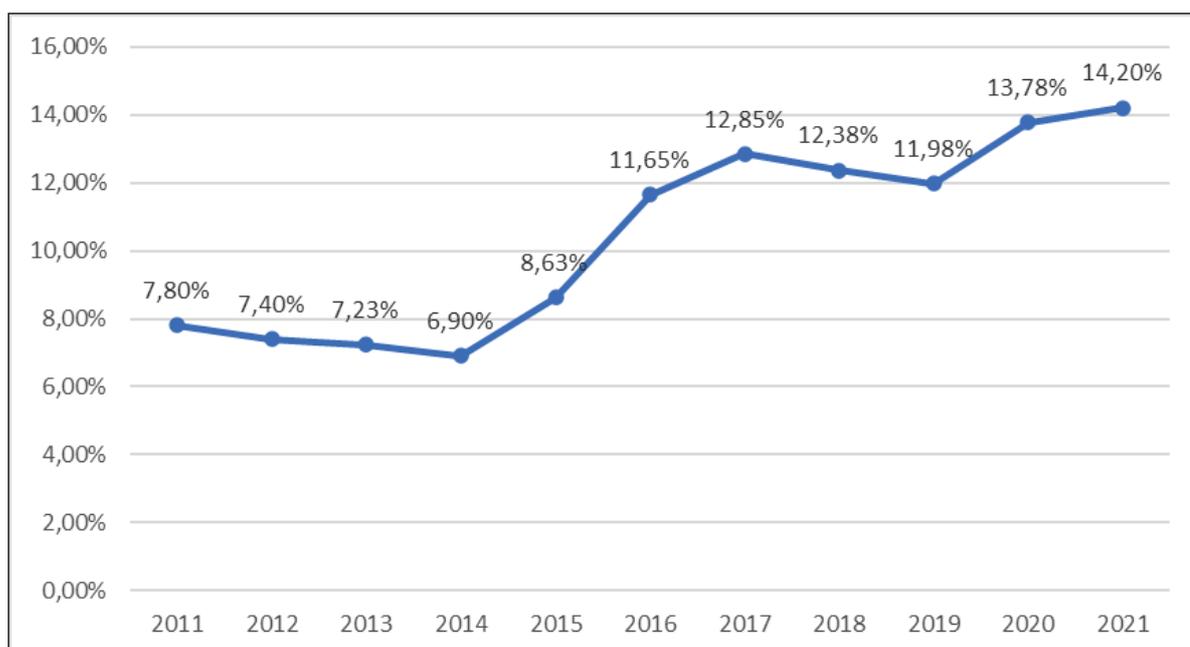
Um PIB com resultado positivo é um sinal de boa atividade econômica. Em geral, significa que se gera empregos, cria-se um ambiente favorável para novos negócios, aumenta-se a renda da população, além de estimular o consumo. Além desse cenário favorável para a economia nacional, também pode desencadear maior interesse de investidores estrangeiros que se sentem mais seguros para investir recursos no país. Assim, pode aumentar o dinheiro em circulação na atividade econômica, o que também fortalece a moeda local e gera mais crescimento e fortalecimento na economia do país.

O PIB também tem relação com a taxa de desemprego: a taxa de desocupação nos últimos dez anos tem demonstrado um cenário preocupante, de contínuo crescimento. Há no início do período cerca de 7,80% de desocupados no Brasil, enquanto o ano de 2021 apresenta uma taxa de desocupação de 14,20%.

De acordo com Almeida; Cruz e Rodrigues (2021), a crise econômica iniciada no início de 2015 foi caracterizada pelo desemprego cíclico, levando a um saldo de

demissões e desemprego de pelo menos 94.724 empregos formais, contribuindo para a redução do poder aquisitivo e da dívida social. Os dados apresentados no Gráfico 2 comprovam tal afirmação, onde é possível observar o crescimento ininterrupto da taxa de desemprego de 2015 até 2017, tendo uma leve baixa nos dois anos seguintes (2018-2019) e voltando a crescer nos últimos dois anos (2020-2021).

GRÁFICO 2 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) DE 2011 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2022).

À medida que a taxa de desemprego diminui, o crescimento econômico aumenta. Há diversos estudos que tentam quantificar esta relação. Coutinho (2022), em seu estudo afirma ser possível analisar a relação entre crescimento econômico e desemprego da seguinte forma: a queda de 1% do desemprego aumenta em 3% o PIB; para cada aumento percentual do desemprego, o PIB cai em 2%, de acordo com a lei de Okun¹ (COUTINHO, 2022).

¹ A lei de Okun foi desenvolvida pelo economista Arthur Okun, o qual relaciona PIB e taxa de desemprego na economia, de forma matemática. Okun mostra que essas variáveis são inversamente correlacionadas, proporcionalmente: menor desemprego leva a maior crescimento econômico, o crescimento econômico aumenta, então os dados de Coutinho (2022) mostram que uma queda de 1% no desemprego leva a um aumento de 3% no PIB. Cada aumento do desemprego reduz o PIB em 2%. O cálculo se dá da seguinte forma:
 $U_t - U_{t-1} = \alpha + \beta (g_{yt} - g_y)$, onde U_t = taxa de desemprego no período t;
 U_{t-1} = taxa de desemprego no período anterior ao t;
 g_{yt} = taxa de variação do PIB real;

O forte impacto da pandemia no mercado de trabalho brasileiro veio após um período de forte abalado causado pela recessão de 2014-2016 e a recuperação lenta até 2019. Há sinais de que a taxa de desemprego voltou a um padrão consistente com condições difíceis. O período iniciado em 2015 pode durar vários anos mesmo em cenários de crescimento econômico otimistas.

Outro indicador macroeconômico relevante à análise da dinâmica de um país se refere à inflação. Conceitualmente, a inflação é um indicador agregado macroeconômico, cujo objetivo é mostrar o efeito médio de um fato complexo na economia: o aumento dos preços dos vários bens e serviços que a compõem. Especificamente, as taxas de inflação podem ser construídas por meio de cestas de bens diferentes a preços correntes para os grupos que se deseja observar - consumidores, produtores em setores ou a economia em geral, residentes de determinadas regiões. Os modelos macroeconômicos tipicamente tratam a inflação como uma quantidade única e tentam identificar seus determinantes e as políticas mais apropriadas para controlá-la (MARTINEZ; CERQUEIRA, 2013).

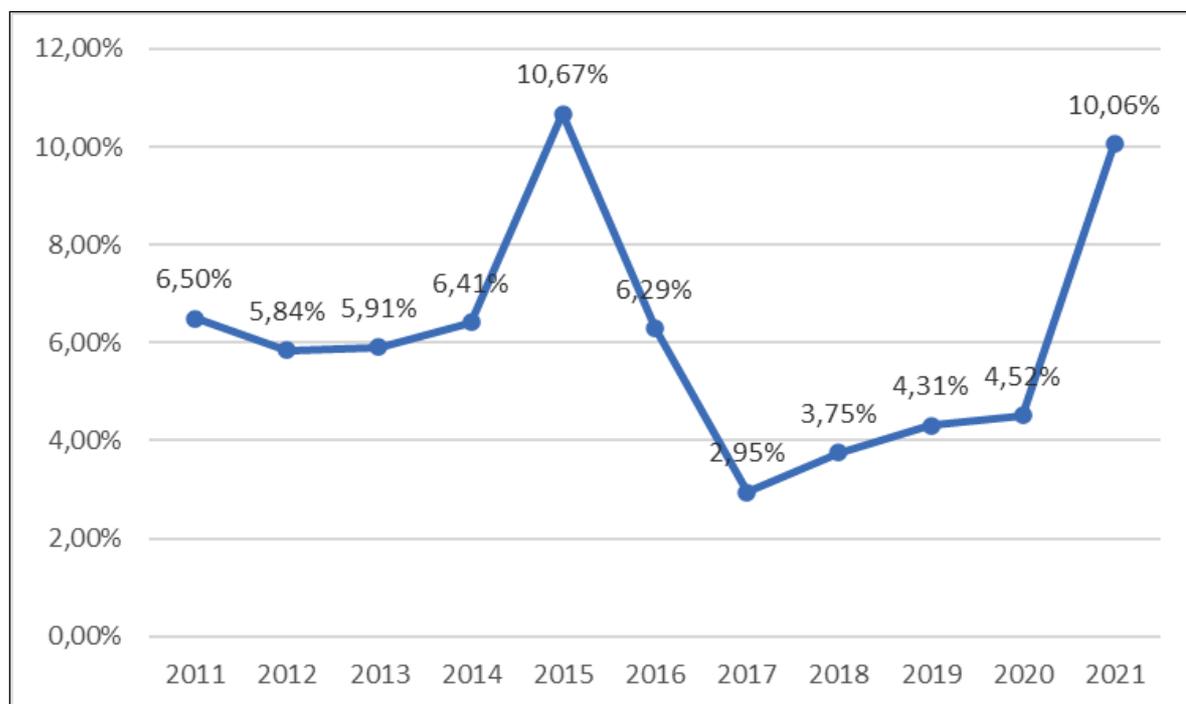
O IBGE é responsável por calcular o índice geral de preços no Brasil, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além do índice total, o IBGE apresenta o IPCA em quatro coeficientes de agregação: grupos, subgrupos, itens e subitens. O grupo é o mais alto nível agregado, composto por nove categorias: comida e bebida, alojamento, limpeza, vestuário, transporte, saúde e despesas pessoais, educação e comunicação. O subitem é o nível mais baixo de agregação, dividido em 384 categorias e corresponde a produtos e serviços específicos. O peso de cada subdivisão do IPCA é baseado nos itens de consumo característica das famílias brasileiras com renda até 40 salários mínimos, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Assim, os pesos das maiores categorias compostas e grupos são obtidos como a soma dos pesos dos subgrupos que os compõem (MARTINEZ; CERQUEIRA, 2013).

O Gráfico 3 demonstra a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de 2011 a 2021.

gy = taxa normal de crescimento;

α = variação da taxa de desemprego sem relação direta com a variação do PIB. (COUTINHO, 2022).

GRÁFICO 3 - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA - %a.a.) DE 2011 A 2021: TAXA DE VARIAÇÃO.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2022).

No período 2011-2014, o IPCA se manteve consideravelmente estável, na casa de 6 pontos percentuais. Os preços podem subir quando a demanda por um determinado produto aumenta sem um aumento correspondente na oferta. Também há aumento de preços se os custos de produção subirem ou mesmo em decorrência do processo de indexação dos contratos - onde os preços passados elevam os preços futuros. Segundo especialistas consultados pela BBC, o aumento da inflação no Brasil em 2015 foi em parte uma combinação de todos esses processos, mas também foi afetado por outros processos relacionados à sua situação econômica e política na época - sendo o principal deles a liberação dos aumentos dos preços administrados, como luz, água e combustíveis, que haviam sido represados no ano de 2014 (COSTAS, 2015).

Já em 2017, segundo Costa (2018, p.1), o motivo da considerável queda no IPCA foi devido à alta produtividade no setor agrícola: "O que ficou conhecido como supersafra agrícola fez com que os preços de alimentos tivessem deflação no ano passado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os alimentos caíram 1,87% no ano".

Nos anos seguintes, as taxas começam a aumentar. Os preços brasileiros estão em seus níveis mais altos desde 2020 em meio a um dólar em alta, aumento dos preços dos combustíveis nos mercados internacionais e uma crise hídrica que afetou o fornecimento de eletricidade e alimentos. O choque de oferta global causado pela pandemia de COVID-19, como a falta de insumos industriais, também teve impacto negativo na aceleração da inflação no Brasil nos últimos anos, fazendo com que chegasse a 10,06% em 2021, pior alta desde 2015.

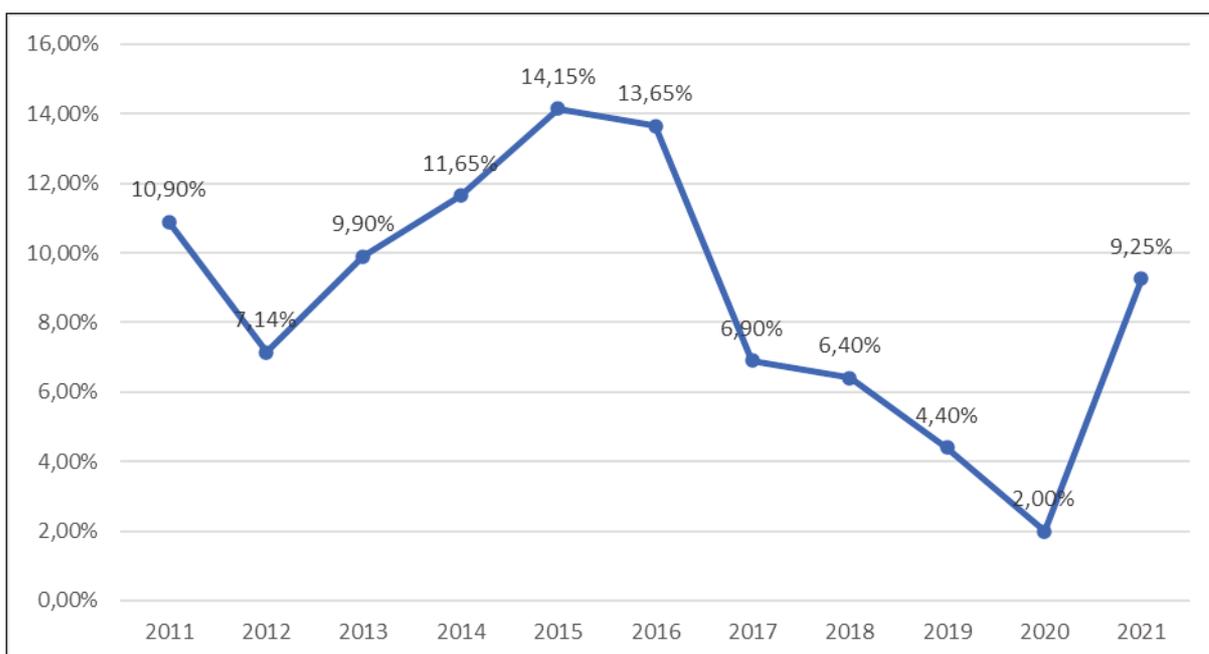
Relacionando-se ao controle do aumento de preços de um país, a maioria dos Bancos Centrais utiliza como principal instrumento para condução da política monetária a taxa de juros. No Brasil, a taxa básica de juros é denominada Selic e é um dos principais instrumentos que o Banco Central brasileiro utiliza para controlar a inflação e garantir a estabilidade da moeda. De acordo com Berk e Demarzo (2000), a taxa Selic representa o custo de financiamento da dívida interna federal, uma vez que ela referencia as operações realizadas com títulos públicos federais, tanto os utilizados para fins de política fiscal, quanto os utilizados para operacionalizar a política monetária. O nível da taxa Selic afeta todas as taxas de empréstimos, fundos e aplicações financeiras no país. Se essa meta de taxa de juros mudar, também mudará a rentabilidade dos títulos indexados a ela, o que significa que os custos financeiros dos bancos também mudarão.

O próximo gráfico (4) representa a variação da taxa Selic, qual teve seu maiores índices em 2015 e 2016. Percebe-se em vários dados a acentuação da crise nesses dois anos, sendo considerado uma das mais críticas crises econômicas no país. Verifica-se, portanto, que a inflação atingiu seu pico em 2015, levando o patamar da Selic ao seu maior valor no período analisado.

Em nota ao jornal Agência Brasil, o BC informou que a inflação em 2017 estava em níveis esperados e indicou que poderia continuar a cortar os juros básicos na próxima reunião do Copom, no fim de janeiro de 2018 (MÁXIMO, 2017). Aliado a isso, o forte impacto econômico da pandemia da COVID-19 fez com que a menor taxa de juros fosse estabelecida em 2020. A queda da taxa Selic, além de se relacionar ao controle inflacionário, pode ter como efeitos o estímulo à economia, pois a redução dos juros facilita o crédito e estimula a produção e o consumo em um cenário de baixa atividade econômica.

Já em 2021, houve uma significativa alta da taxa Selic, que fechou o ano em 9,25% ao ano, o maior patamar desde 2017. O rápido crescimento da Selic relacionou-se às projeções de inflação no país ante uma percepção de alta nos preços das *commodities*, desvalorização cambial e choque de oferta mundial, a partir das quebras de cadeias globais de valor, causadas pela pandemia.

GRÁFICO 4 - TAXA SELIC (% A.A.) – DEZEMBRO – 2011 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil (2022).

Como observado, a taxa de juros é uma variável que pode estimular ou deprimir a atividade econômica, dependendo de seu patamar. A taxa de investimento é uma das variáveis que mais de perto sentem a relação com o juros. Os investimentos contribuem de maneira significativa à macroeconomia do país, uma vez que auxiliam na geração de emprego, produto e renda. A taxa de investimento no Brasil apresentou as melhores taxas entre 2011 a 2014, tendo quedas constantes após esse período até 2017.

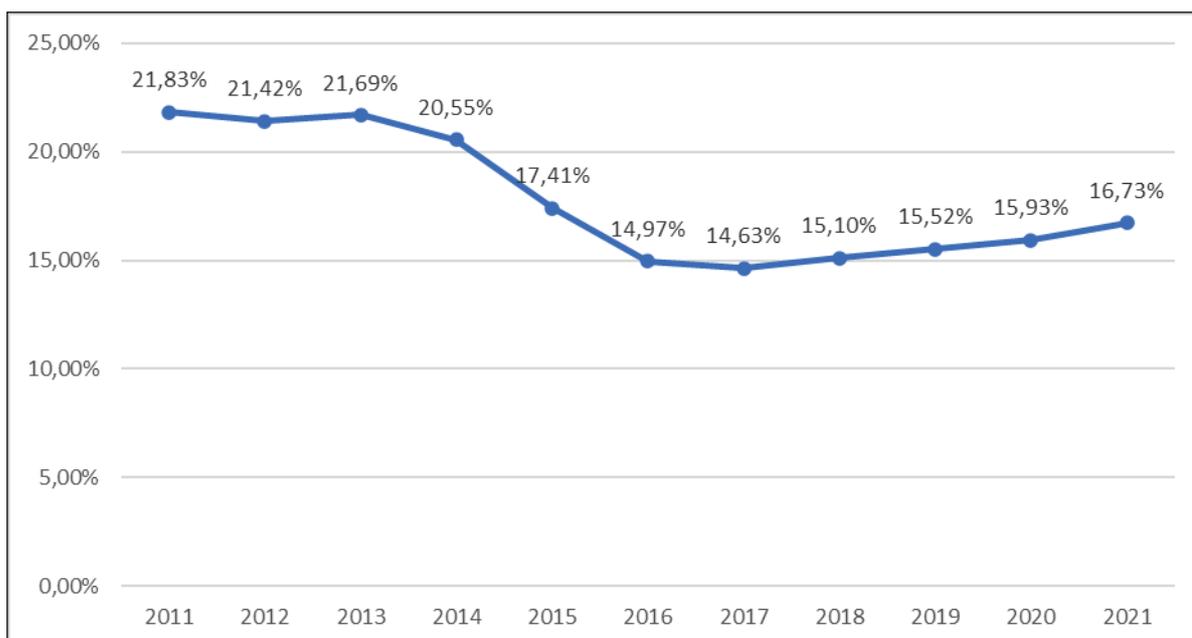
Os investimentos dos setores público e privado voltaram a crescer em 2018 e 2019, mas a taxas muito baixas. O crescimento médio anual dos investimentos em três anos foi ligeiramente superior ao crescimento do PIB. O investimento privado responde principalmente ao crescimento da demanda e utilização da capacidade instalada. Com alta capacidade ociosa e demanda reduzida, havia poucos motivos para as empresas privadas investirem, mesmo com a queda da taxa básica de juros.

Os investimentos públicos, por outro lado, diminuiram devido a déficits nas finanças da União, estados e municípios. Somente a União, conseguiu aumentar seus investimentos, mesmo com o crescimento da dívida nacional (COUTO; COUTO, 2021).

Mesmo após o fim da recessão e antes da pandemia, de 2018 a 2020, a taxa de investimento permaneceu quase inalterada. O baixo crescimento do país comparado com o período 2011-2014 tem gerado um debate sobre o desenvolvimento econômico de longo prazo do Brasil. Um dos principais consensos é que uma importante parte do crescimento contínuo do país está no aumento da taxa de investimento. Aumentar a taxa de investimento é necessário para que o país possa retornar ao patamar de crescimento estável no longo prazo na trajetória de crescimento contínuo (CRUZ; CAVALCANTI, 2021).

Os investimentos dos setores público e privado também diminuiram em 2020, mas de forma mais lenta em comparação com as grandes quedas em 2015 e 2016. Uma possível explicação para esse fato positivo é que algumas cadeias produtivas foram paralisadas devido à pandemia e as empresas aproveitaram o período para modernizar as fábricas. Portanto, os investimentos não tiveram um papel importante na queda do PIB deste ano (COUTO; COUTO, 2021).

GRÁFICO 5 - TAXA DE INVESTIMENTO BRASILEIRA (% PIB) DE 2011 A 2020

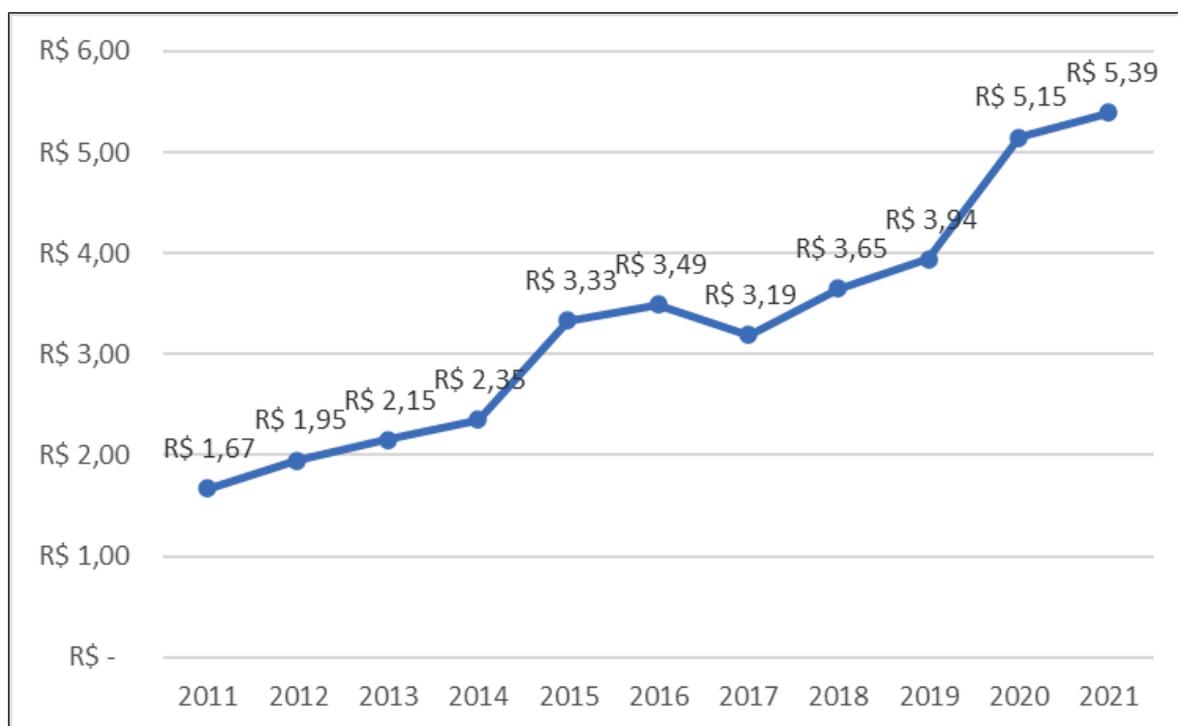


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2022).

Na literatura moderna, a taxa de câmbio e a política cambial, que se têm revelado importantes no processo de desenvolvimento econômico, estão sempre amplamente presentes e surgem inúmeras formas de interpretação política e econômica. As taxas de câmbio podem desempenhar um papel fundamental como ferramenta para uma política industrial economicamente eficiente. Isso significa que, a longo prazo, estimulam o desenvolvimento dos mais diversos setores dos países e, assim, aceleram o crescimento econômico (CUNHA, 2022).

Na visão de Lopes (2022), pode-se dizer que a taxa de câmbio é um dos preços relativos básicos de toda economia de mercado, com extrema importância na economia, uma vez que intermedia todas as transações de importações, interligando o comércio do Brasil com o resto do mundo todo.

GRÁFICO 6 - TAXA DE CÂMBIO REAL/DÓLAR - MÉDIA ANUAL DE 2011 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IPEA (2022).

O Gráfico 6 apresenta a média anual da taxa de câmbio Real/Dólar de 2011 a 2021. Entre 2011 e 2021, a taxa de câmbio oscilou entre um mínimo de R\$ 1,67 (2011) e um máximo de R\$ 5,39 (2021). Durante estes dez anos, a evolução da taxa de câmbio real/dólar foi significativa.

No ano de 2018 o Real atingiu o equivalente a R\$3,65 por dólar, em média, uma alta de 14,4% em relação ao valor médio de 2017 (R\$3,19). Também é

interessante notar que nos últimos dois anos (2020-2021), por conta das incertezas e problemas causados pela pandemia da COVID-19, a taxa de câmbio esteve acima de R\$ 5,00, maior valor dos últimos dez anos, cenário também causado pela instabilidade política e crise nas contas públicas.

Desde 2012, as moedas latino-americanas caíram mais de 30% frente ao dólar. A moeda pode ser afetada por situações políticas, expectativas de mercado e desenvolvimento econômico. Porém, em uma análise de longo prazo, deve estar também relacionada à inflação. Um aumento generalizado dos preços tende a depreciar a taxa de câmbio. Quem teve a maior inflação teve a maior desvalorização (NICOCELI, 2022).

Nesse sentido, de acordo com o Banco Central do Brasil,

Ao longo dos últimos anos, quando comparamos com a média de um conjunto de países emergentes, nossa moeda ainda revela patamar de mais desvalorização. Ademais, nossos exercícios de estimação de câmbio de equilíbrio, baseados em fundamentos econômicos vigentes, também sugerem um câmbio abaixo do patamar atual, reforçando a perspectiva de um excesso de desvalorização na cotação atual (BCB, 2022, p. 1).

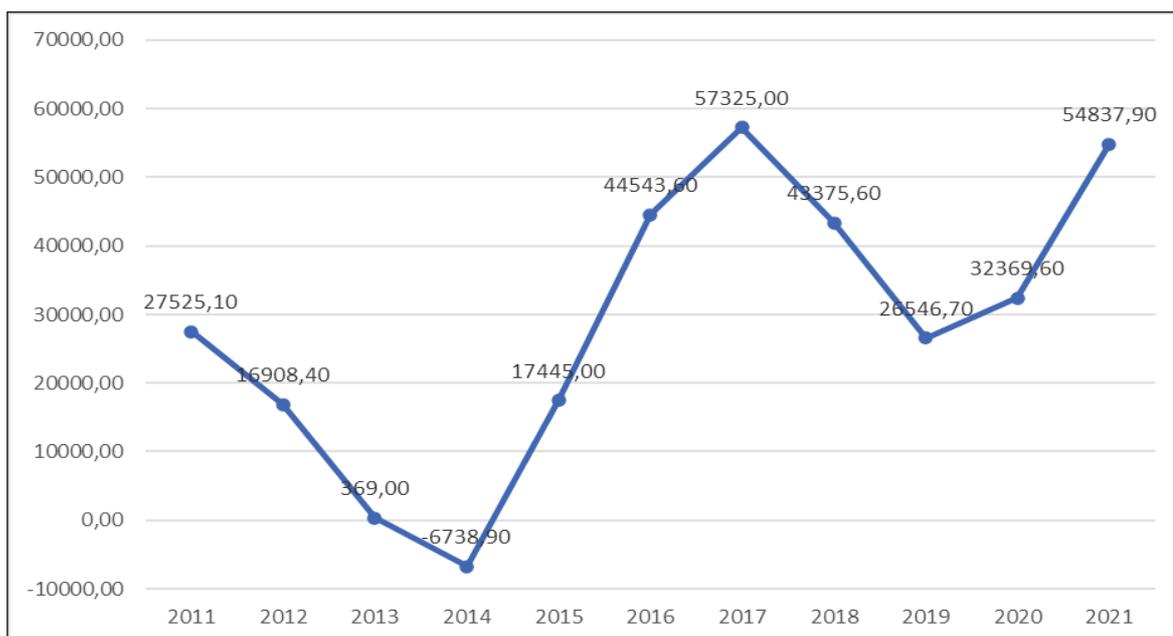
Relacionando-se a análise econômica ao cenário externo, a balança comercial deriva da diferença entre exportações e importações. Considera-se o saldo positivo quando os preços das exportações são maiores que os das importações (superávit) e se considera negativo quando ocorre o oposto (déficit).

O Brasil passou por períodos de crescimento, tendo na maior parte da década o saldo da balança comercial em superávit. Apenas em 2013 e 2014 apresentou déficit na balança comercial, conforme apresenta o gráfico 7. Os números de 2021 mostram saldo positivo de US\$ 54.837,90 milhões.

Para este ano, nosso cenário base é de que as importações apresentem crescimento de 23,8% em relação ao ano passado, ritmo mais intenso que as exportações, que projetamos alta de 17,6%. Destacamos que nossa estimativa para o desempenho da BC em 2022 é de superávit de US\$ 58,4 bilhões, 4,8% abaixo do observado em 2021 (BCB, 2022, p. 10).

A participação dominante dos produtos básicos na pauta de exportação do Brasil desde 2011, bem como a comparação internacional das exportações líquidas, não deixa dúvidas sobre a seriedade desse conjunto de bens, o que permite qualificar o Brasil como exportador de *commodities*.

GRÁFICO 7 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA US\$ (MILH ES) DE 2011 A 2021

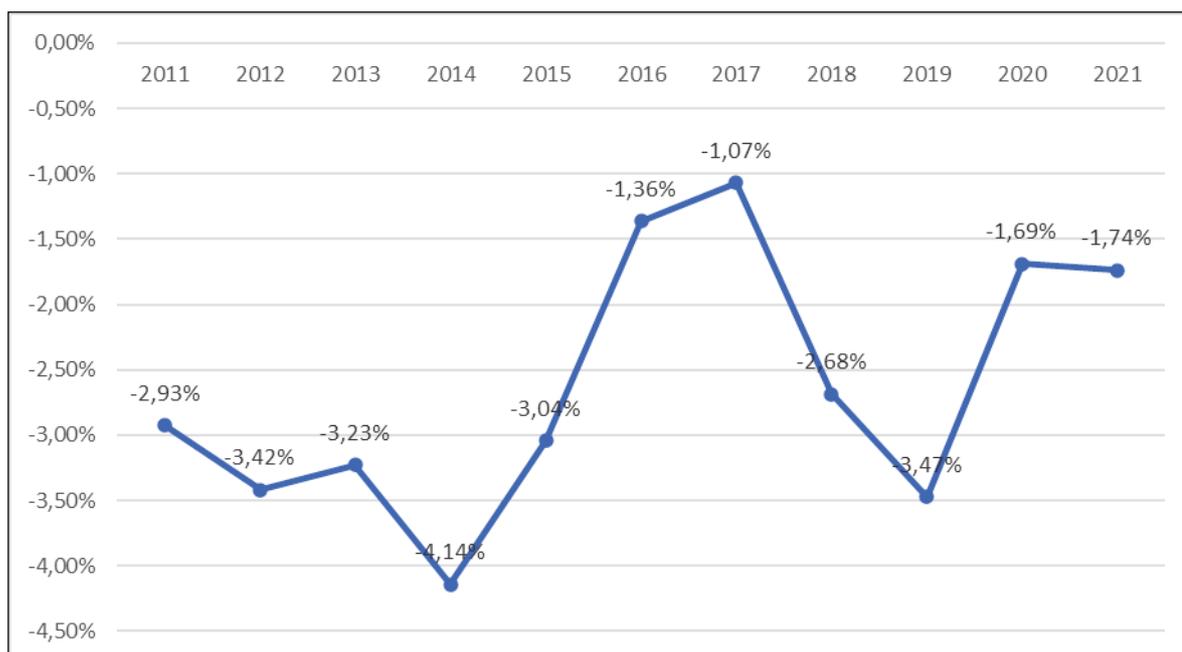


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil (2022).

Ainda no aspecto das relações com o resto do mundo, as transações financeiras correntes são divididas nas seguintes categorias: balança comercial (bens), balança de serviços, balança de rendas – renda primária e renda secundária. A relação das transações correntes acumuladas em 12 meses sobre o PIB (%) permite considerar o resultado das transações correntes em relação ao volume da economia. A periodicidade dos dados (anual, trimestral e mensal) depende da disponibilidade do produto interno bruto medido em dólares anual, trimestral ou mensal (BCB, 2022).

Outra informação que precisa ser considerada é que o saldo em transações correntes mostra quanto um país está economizando ou trazendo para seu estoque de capital. Com um superávit de transações correntes, o saldo capital e financeiro (investimentos diretos e mobiliários entre brasileiros residentes no exterior ou estrangeiros no Brasil, ou seja, nacionais e estrangeiros) torna-se positivo, o que significa um aumento dos ativos líquidos emitidos por não residentes em posse de residentes. Déficit em conta corrente significa que o país tem poupança interna insuficiente para financiar investimentos (SIMONSEN E CYSNE, 1995).

GRÁFICO 8 - SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES BRASILEIRO (% PIB) DE 2011 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Fundo Monetário Nacional (FMI, 2022).

De acordo com o Gráfico 8, que mostra a relação entre o saldo em transações correntes e o PIB do Brasil, o país apresentou déficit em conta corrente durante todo o período em análise. Entre 2014 e 2017 este déficit diminuiu, com seguida elevação de 3% em 2019, o que está próximo do nível de 2012. Em 2020, apesar dos efeitos da pandemia de COVID-19, o país conseguiu um saldo acima das expectativas em relação a outros anos, com percentual de -1,69% o que pode ser explicado, entre outras coisas, pelo alto nível do superávit comercial, desvalorização da taxa de câmbio, aumento de preços das mercadorias exportadas. Em 2021 o cenário não teve oscilação relevante, se mantendo em -1,74%.

Os dados mais recentes das transações correntes (TC), referentes 2022, mostraram um déficit acumulado de 2,6%, resultado que representa alta frente ao mesmo período de 2021, quando apresentou déficit acumulado de 1,7%.

Concluindo, foi possível verificar nesse capítulo que o Brasil passou por um típico ciclo econômico no período entre 2011 e 2021, a partir de 2014 com a recessão, passando por uma fase de lenta recuperação, a qual retrocedeu novamente em 2020 impactado pela pandemia da COVID-19.

Tendo este cenário como referência, o capítulo a seguir procura analisar mais profundamente o perfil do setor exportador brasileiro, bem como os impactos causados pela COVID-19 sobre as exportações brasileiras.

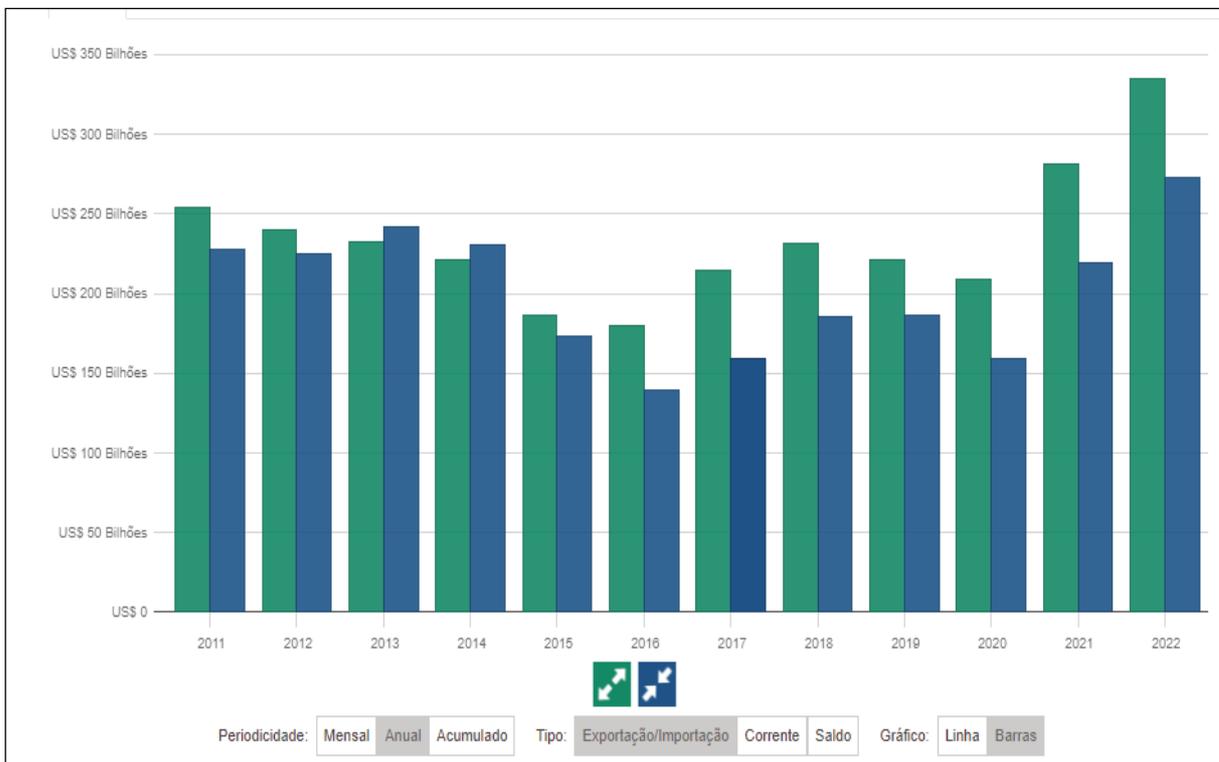
4 PERFIL E DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 2011-2021

Nesse capítulo, será apresentado o perfil e a dinâmica do setor exportador brasileiro no período 2011-2021, apresentado os efeitos da pandemia. O capítulo está estruturado em 4 seções. A primeira apresenta o total das exportações e importações do Brasil neste período. A segunda seção analisa os principais parceiros comerciais do Brasil no ano de 2021. A terceira seção apresentará os produtos que foram mais exportados e importados pelo Brasil e a última seção apresentará a complexidade tecnológica do Brasil.

4.1 TOTAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, apresentados na plataforma Comexstat (2023), foi possível extrair os relatórios de exportação e importação brasileira, para o período de 2011 até 2021, considerando, inclusive os dados já lançados para os resultados do ano de 2022. Neste sentido, em linha com a apresentação realizada no gráfico 7, que apresentou o saldo da balança comercial brasileira, o gráfico 9 abaixo apresenta os valores absolutos das exportações e das importações brasileiras entre 2011 e 2022.

GRÁFICO 9 – VALOR DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL ENTRE 2011 E 2022



Nota: Os dados referentes às exportações são representados pela barra verde, enquanto os dados das importações representados pela barra azul. Ambos são valores FOB (*free on board*).

Fonte: Comexstat (2023).

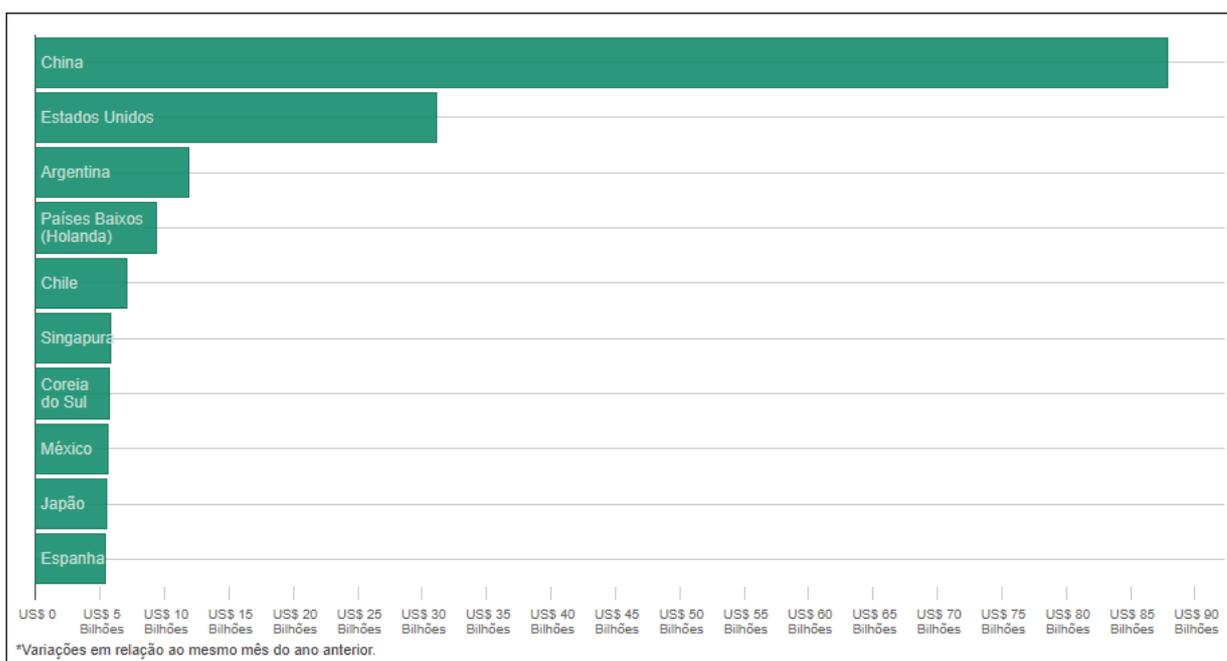
Analisando o gráfico acima, é possível observar que houve déficit da balança comercial, ou seja, as importações foram maiores que as exportações, apenas no período de 2013 e 2014. Por outro lado, o volume exportado em 2020 e 2021 se manteve em patamares elevados mesmo no cenário da pandemia.

As exportações tiveram variação positiva comparado a 2019, devido ao fato da maior demanda da China, já que a soja foi o produto que não sofreu grandes oscilações em seu preço durante o COVID-19. A formação do preço das *commodities* depende de vários fatores, como as taxas de juros, taxas de câmbio. Estas variações ocorrem considerando estes fatores (PEREIRA, 2019). Além da demanda chinesa, destaca-se também o aumento dos preços internacionais das *commodities* e a desvalorização da taxa de câmbio brasileira como fatores que ajudam a explicar a alta do volume exportado em 2020 e 2021.

4.2 PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL

Ao analisarmos os dados acerca dos principais parceiros comerciais do Brasil, é possível observar quais são os maiores compradores das exportações brasileiras, assim como quais são os países que mais vendem produtos ao Brasil. Abaixo, no gráfico 10, é possível visualizar os principais países que compraram as exportações brasileiras para o ano de 2021. Neste *ranking* que elenca os dez principais países, destacam-se a China, que ocupa o primeiro lugar, com quase US\$90 bilhões gastos nas compras de produtos brasileiros, logo depois os Estados Unidos com quase US\$ 32 bilhões e a Argentina com aproximadamente US\$ 12 bilhões. O conjunto das compras destes três países em 2021 representou cerca de 46% do total das exportações brasileiras.

GRÁFICO 10 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2021



Fonte: Comexstat(2023).

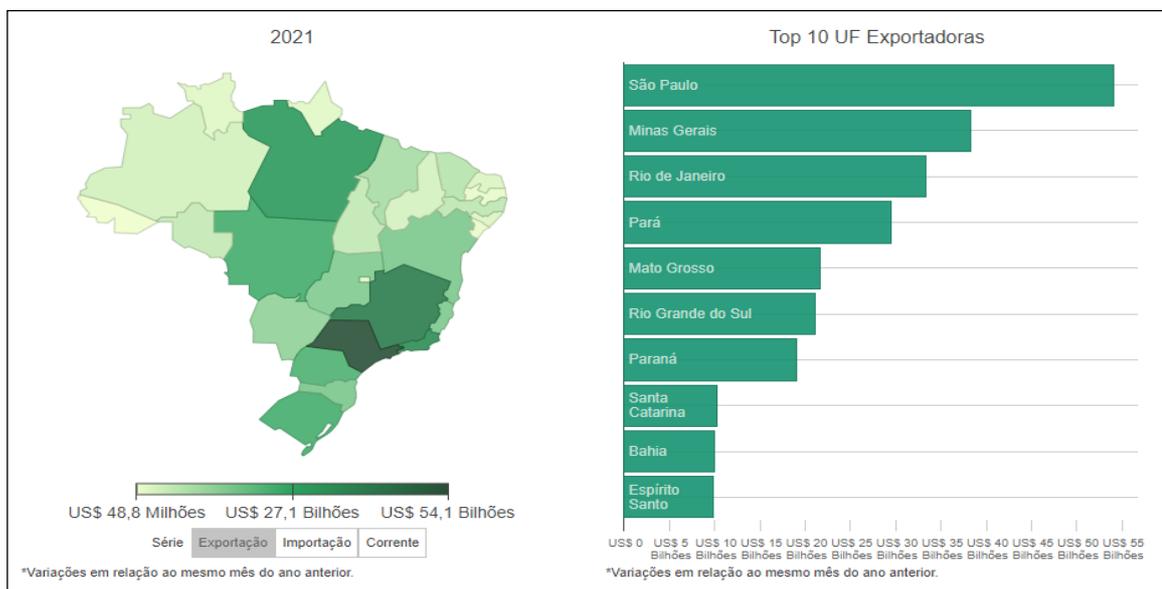
Quando se analisa a origem das importações brasileiras, ou seja, quais os principais países vendem produtos ao Brasil, nota-se que também ocupam as primeiras posições a China, os Estados Unidos e a Argentina. As demais posições do *ranking* que aponta os dez principais vendedores de produtos ao Brasil tem mudanças em relação ao *ranking* dos compradores das exportações brasileiras, conforme demonstra o gráfico 11 abaixo.

disso, a atividade econômica doméstica sofria com as medidas de contenção da pandemia, as exportações brasileiras ganhavam impulso em decorrência da demanda chinesa. Por isso, a declaração do professor George Yip é tão relevante:

A China está passando pela pandemia do coronavírus mais rápido do que o restante do mundo, significando que sua economia avançará e fortalecerá sua posição nas negociações comerciais com os Estados Unidos. Por outro lado, a queda no valor de mercado das empresas em Londres tornará mais fácil para as empresas chinesas, que são menos dependentes do mercado de ações, fazer a aquisição de empresas ocidentais (WILSON, 2020).

Para além de se conhecer os principais parceiros comerciais do Brasil, quando se foca no setor exportador brasileiro, é possível visualizar os estados que mais se destacam na exportação do país. Nesta análise, lidera como principal estado exportador do Brasil no ano de 2021 o estado de São Paulo, seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro, conforme retratado pelo gráfico 12 abaixo.

GRÁFICO 12 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA: SALDO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2021



Fonte: Comexstat (2023).

Os principais estados exportadores do Brasil em 2020 foram: São Paulo (com participação de 20,4%), Minas Gerais (com 12,6%), Rio de Janeiro (com 11,0%) e Pará (com 9,9%), os quais totalizaram 53,9% do total exportado (MOTA, 2021).

Minas Gerais é representativo com a exportação da mineração. Em São Paulo, o agronegócio tem grande peso, como a exportação de suco de laranja, açúcar e álcool. Já no Rio de Janeiro, há a forte exportação de petróleo. Na próxima seção serão apresentados os principais produtos comercializados em 2021.

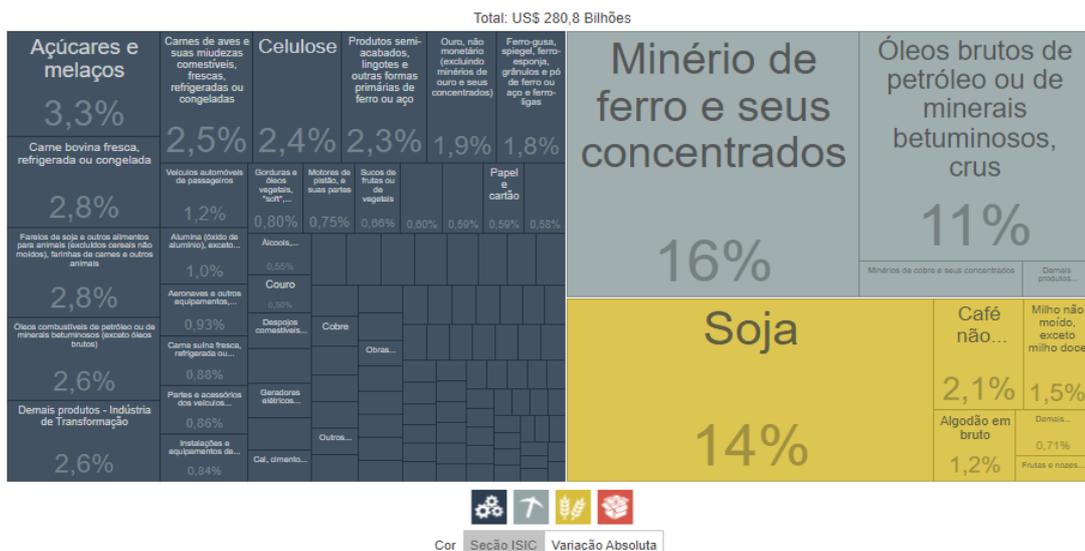
4.3 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS E IMPORTADOS PELO BRASIL

Analisando não somente o cenário de crise e retração da economia, no ramo da agricultura e do agronegócio do Brasil o compilado mostra uma performance de crescimento, tanto na produção total quanto ao do PIB setorial (KRETER; SOUZA JR., 2020). Segundo informações do Ministério da Economia (2020), “a crise econômica provocada pela COVID-19 teve pouco efeito nas exportações brasileiras por causa do desempenho do agronegócio”.

Essa afirmação confirma a percepção de que o Brasil possui um agronegócio com forte competitividade que funciona como instrumento de inserção comercial e ingresso de divisas externas (BASTOS, 2020). Na opinião dos autores (SAYAD, 1996; MELO, 1996; IANONI, 2009; ARANTE; LOPREATO, 2017), que defendem o setor, a competição do agronegócio cresce independente dos governos e mesmo com a pandemia deverá se manter como importante catalisador da economia brasileira (MATTEI, 2020).

Como reflexo dos dados analisados, pode-se afirmar que o Brasil é detentor de um comércio exterior fortemente baseado no agronegócio e também na indústria extrativa, através do petróleo e do minério de ferro. Segundo dados obtidos no site *Comexstat*, no ano de 2021 os produtos mais exportados pelo Brasil foram Minério de Ferro, representando 16% da pauta exportadora, soja com 14% e óleos brutos de petróleo com 11%, como pode ser visto no gráfico abaixo.

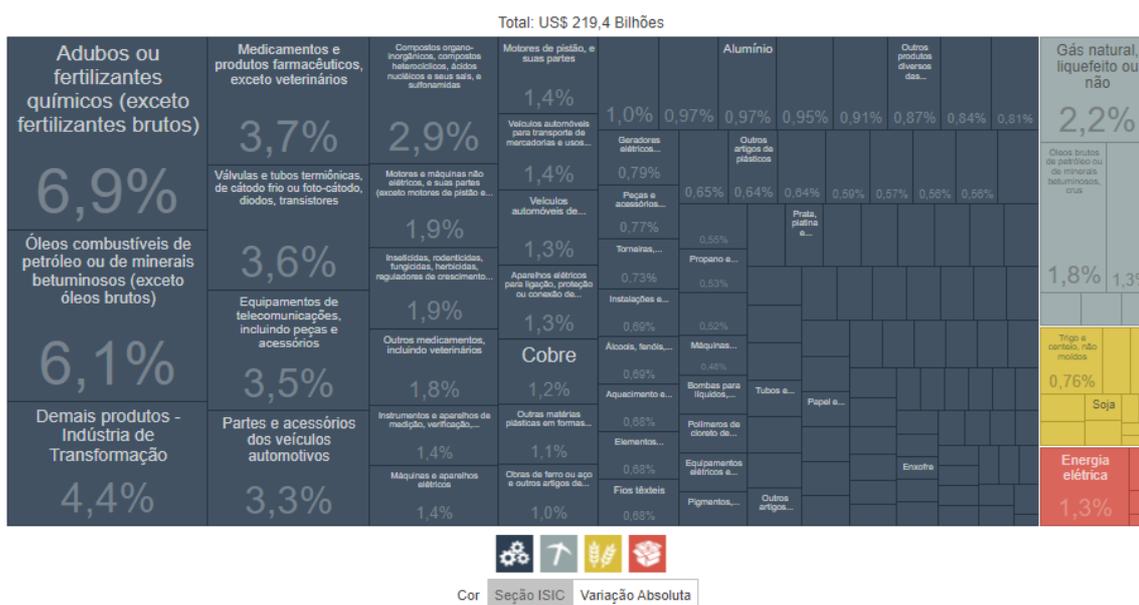
GRÁFICO 13 - VISÃO GERAL DOS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL EM 2021



Fonte: Comexstat (2023).

Os demais produtos representativos da pauta exportadora brasileira em 2021 também se concentram, em sua maioria, no setor agrícola, como a participação de açúcares e melaços, celulose. Mostra-se, dessa maneira, que apesar da pauta exportadora brasileira na atualidade ser muito mais diversificada que décadas atrás, ela ainda possui pouca participação de produtos mais tecnológicos e com maior valor agregado.

GRÁFICO 14 - VISÃO GERAL DOS PRODUTOS IMPORTADOS 2021



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

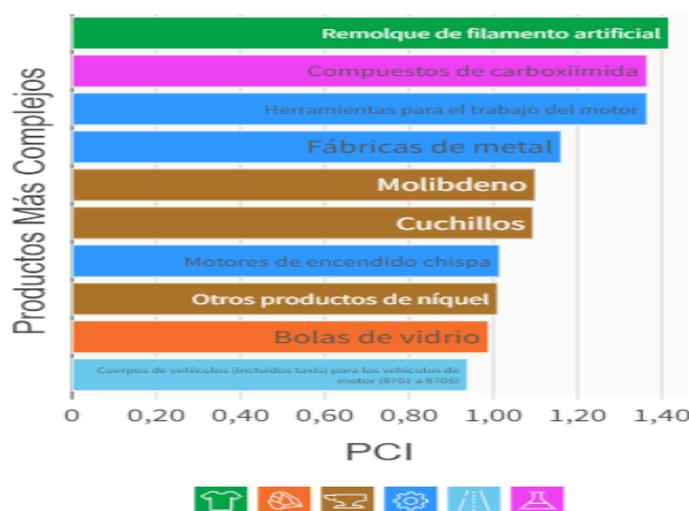
Fonte: comexstat, 2023.

Por outro lado, conforme pode ser observado no gráfico 14, os principais produtos importados pelo Brasil em 2021 foram adubos e fertilizantes químicos, em primeiro lugar, óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, em segundo e demais produtos da indústria de transformação em terceiro lugar. Adubos são feitos de material orgânico, com substâncias que são encontradas na natureza. Entretanto os óleos combustíveis de petróleo são importados não em sua forma bruta, ou seja, já passaram por algum processo de refinamento, logo, alguma atividade produtiva a mais. Por fim, com aproximadamente 4,4%, a importação de produtos da indústria de transformação denota a dependência histórica do Brasil na importação de produtos de maior valor agregado e conteúdo industrial, conforme será analisado a seguir.

4.4 COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DOS PRODUTOS EXPORTADOS

O PCI, Índice de Complexidade do Produto, que diagnostica o nível de conhecimento de um produto considerando a intensidade de conhecimento de seus exportadores. As exportações mais complexas do Brasil de acordo este índice são Reboque de filamentos artificiais (1,42); Compostos de carboxiimida (1,37); Ferramentas para trabalho motorizado (1,37); Metal de fábrica (1,16); e Molibdênio (1,10) como pode ser visto abaixo (OEC, 2023).

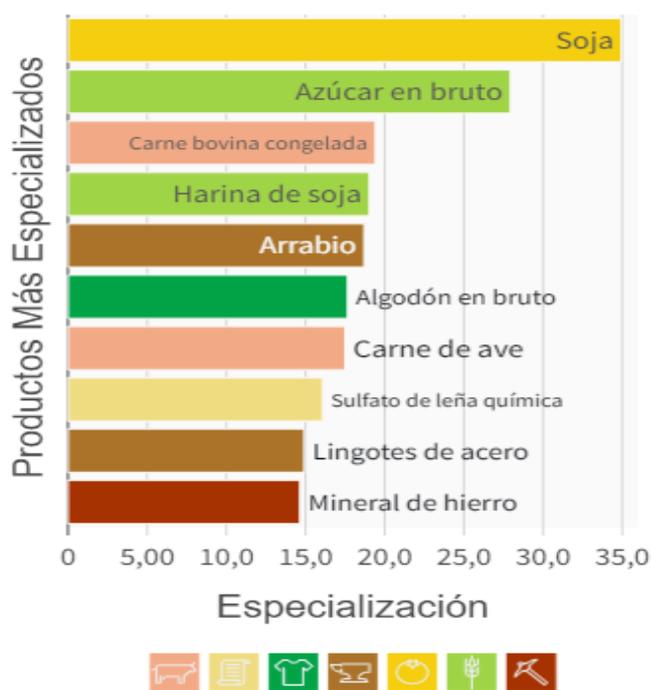
GRÁFICO 15 - PRODUTOS MAIS COMPLEXOS DE ACORDO COM PCI



Fonte: OEC, 2023.

Já quando se considera o grau de especialização produtiva, o Brasil possui alto grau de especialização em Soja (34,9); Açúcar Bruto (27,9); Carne Congelada (19,4); Farelo de Soja (19,0); e Ferro Gusa (18,7). A especialização é medida por meio do RCA, índice que considera a razão entre as exportações brasileiras observadas e esperadas para cada produto (OEC, 2023).

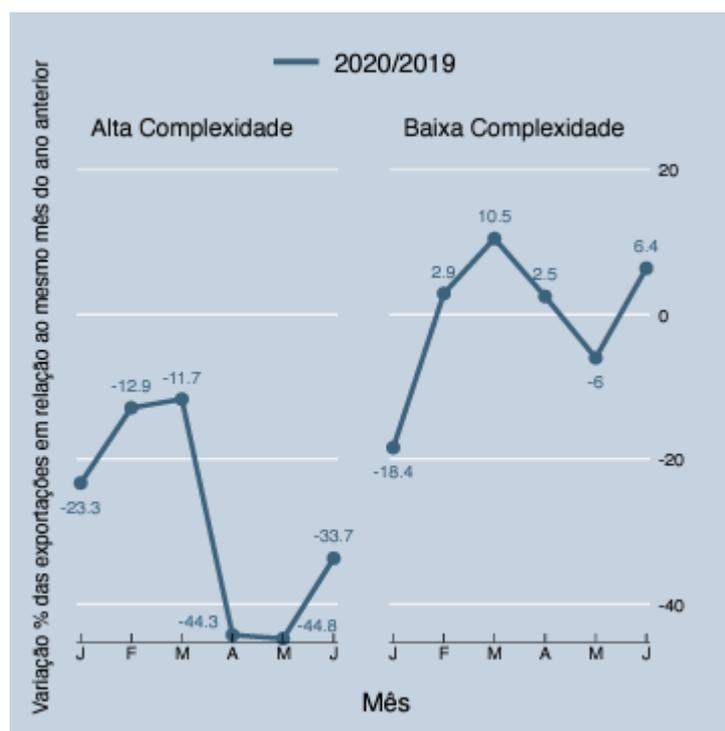
GRÁFICO 16 - PRODUTOS MAIS ESPECIALIZADOS DE ACORDO COM O ÍNDICE RCA



Fonte: OEC, 2023.

Dentre os produtos com maior complexidade que o Brasil exporta em 2019, os 3 principais são: automóveis de grande porte para construção e Turbinas a gás, que responderam por cerca de 3,6% das exportações do Brasil. Quanto aos produtos de baixa complexidade temos o Petróleo cru, Minério de ferro e Milho juntos correspondem a 24% das exportações brasileiras em 2019. Isto mostra que os efeitos da crise nas exportações de produtos de alta complexidade foram muito mais acentuados do que nas exportações de produtos de baixa complexidade.

GRÁFICO 17 – ANÁLISE EXPORTAÇÃO POR COMPLEXIDADE DOS PRODUTOS

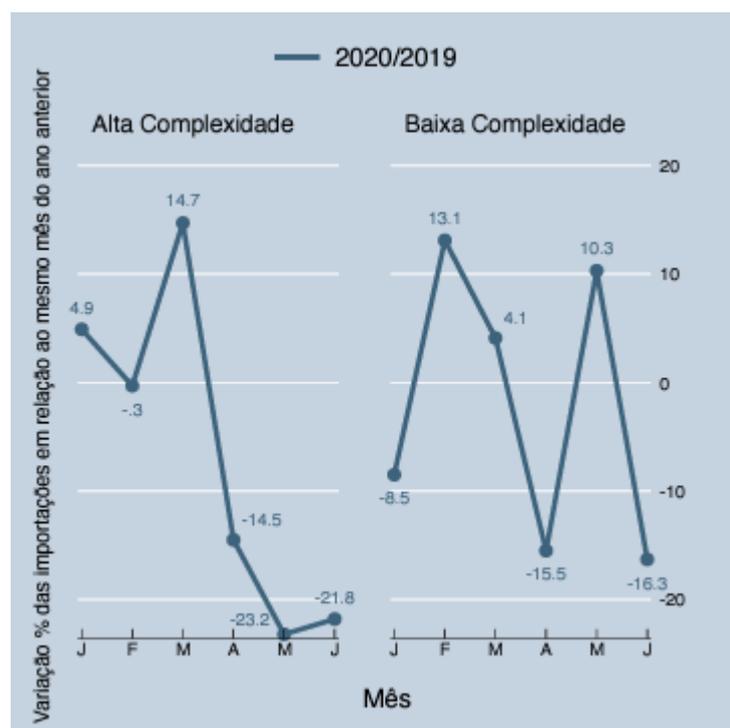


Fonte: Romero, Freitas, 2020.

De acordo com o gráfico 17, para os itens de baixa complexidade, de janeiro e maio de 2020 as exportações foram menores comparadas às de 2019, o que ressalta um bom desempenho dos itens exportados durante o primeiro semestre de 2020, apesar do COVID. Para esses itens, o movimento foi semelhante ao movimento geral: aumento nos três primeiros meses de 2020, queda em abril e maio, e recuperação em junho. Para os produtos com uma alta complexidade, no primeiro semestre de 2020 as exportações foram inferiores às de 2019, o que indica a piora desse setor (ROMERO, FREITAS, 2020).

A queda vista em abril e maio foi impressionante: as exportações brasileiras de bens de alta complexidade foram 44,3 e 44,8% inferiores aos mesmos meses de 2019. Além disso, a recuperação em junho foi também insignificativa, ficando ainda as exportações desses bens 33,7% menores do que no ano anterior. Isto pode ser visto no gráfico 17 que apresenta dados relevantes sobre os movimentos das exportações durante o primeiro semestre de 2020: o efeito da crise nas exportações de bens de alta complexidade foi muito mais acentuado do que nas exportações de bens de baixa complexidade (ROMERO, FREITAS, 2020).

GRÁFICO 18 – ANÁLISE IMPORTAÇÃO POR COMPLEXIDADE DOS PRODUTOS



Fonte: Romero, Freitas, 2020.

O gráfico 18 mostra que, para os itens de alta complexidade a queda é bem semelhante a das importações gerais, chegando a -23,2% em maio de 2020. As importações de baixa complexidade apresentam movimentos bem distintos: passam de uma diferença negativa em relação a 2019 em janeiro, para positiva em fevereiro e março, voltando a ser negativa em abril, e subindo para uma diferença positiva novamente em maio, para finalmente voltar a ser negativa em junho (ROMERO, FREITAS, 2020).

Analisando os últimos gráficos apresentados, foi possível identificar que, embora as exportações brasileiras tenham aumentado consideravelmente durante o período da pandemia, isso ocorreu devido à alta dos preços das commodities e desvalorização do câmbio. Isto pode ser observado nos produtos com maior complexidade.

5 CONCLUSÃO

Relacionando-se a análise econômica ao cenário externo, a balança comercial resulta da diferença entre exportações e importações. O saldo é considerado positivo quando os valores das exportações são maiores que os valores das importações (superávit) e negativo quando os valores das importações são maiores que os valores das exportações (déficit).

As exportações são um componente muito importante para as nações, pois se trata de uma relação comercial em proporções muito altas, e com suas peculiaridades entre as nações. Portanto, se trata de quanto um país exporta e conseqüentemente recebe do mercado internacional. Os principais parceiros comerciais do Brasil na pauta de exportações são China, Estados Unidos e Argentina, representando cerca de 46% das exportações. Além disso, cerca de 14,4% do PIB brasileiro está diretamente ligado as exportações segundo dados do IBGE em relação ao terceiro trimestre de 2021.

Um dos principais objeto de análise foi a balança comercial brasileira, que ao longo do últimos 10 anos, apresentou um déficit comercial apenas durante os anos de 2013 e 2014, que dava início a crise que haveria ser instaurada em 2015. Entretanto, analisando as exportações brasileiras durante a pandemia, vimos que tiveram variação positiva comparado a 2019, isto devido a maior demanda chinesa, desvalorização cambial do real, e visto que a soja foi uma das poucas *commodities* que não sofreu fortes oscilações no seu preço internacional durante a COVID-19. Lembrando que a formação do preço das *commodities* depende de vários fatores, como taxas de juros, taxas de câmbio e preços baseados em mercados domésticos.

Diante do cenário econômico nacional, decorrente dos efeitos de negativos gerados pela COVID-19, o impacto nas redução das exportações de *commodities* minerais foi sendo reduzido a partir da recuperação da economia internacional. Março de 2020 foi destacado devido ao descompasso internacional caracterizado pela retomada das atividades econômicas na China, por um lado, e pelo agravamento da pandemia nos demais países, por outro lado.

Como reflexo dos dados analisados, pode-se afirmar que o Brasil possui um comércio muito baseado no agronegócio e também na indústria de extração, através do petróleo e do minério de ferro. Segundo dados obtidos no site Comexstat, no ano

de 2021 os produtos mais exportados pelo Brasil foram Minério de Ferro, representando 16% da pauta exportadora, soja com 14% e óleos brutos de petróleo com 11%. Totalizando 41% das exportações concentradas nessas 3 categorias de produtos.

Os demais produtos representativos da pauta exportadora brasileira em 2021 também se concentram, em sua maioria, no setor agrícola, como a participação de açúcares e melaços, celulose. Mostra-se, dessa maneira, que apesar da pauta exportadora brasileira na atualidade ser muito mais diversificada que décadas atrás, ela ainda possui pouca participação de produtos mais tecnológicos e com maior valor agregado. Por um lado, a falta de exposição ao mercado de produtos de alta complexidade fez com que as exportações brasileiras não fossem tão afetadas pela pandemia, pois vimos que os produtos de baixa complexidade não sofreram alteração na demanda, enquanto produtos de alta complexidade foram afetados negativamente. Por outro lado, o Brasil se torna muito dependente de produtos de baixa complexidade, deixando de criar assim uma diversificação nas suas exportações, e ficando muito propenso a sensibilidade de externalidades, como por exemplo as chuvas, desastres naturais ou até mesmo a própria extração de petróleo e minério que podem sofrer variações ao longo do tempo.

Dado o contexto pós pandemia, muitas empresas no Brasil e no mundo passaram por redefinições na sua estrutura de trabalho, adotando por exemplo o *home office* como uma nova política. Isso faz com que essas empresas ampliem a possibilidade de reter melhores talentos ao redor do mundo, pois não têm mais a barreira geográfica. Isso possibilita empresas estrangeiras contratar profissionais brasileiros, como as próprias empresas brasileiras contratar profissionais de diversas regiões do país. Podemos considerar que isso possa trazer um avanço para produtos com mais valor agregado e conseqüentemente complexidade para o Brasil nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. R. e FERNANDES, C. L. L. **Impactos da liberação comercial no perfil do comércio exterior brasileiro**. In: *Estudos de Economia*. Belém. NPEC. 2019.
- APPLEY RD, D. R; FIELF JÚNIOR, J.; COBB, S. L. **Economia internacional**. 6 ed. Porto Alegre: MGH, 2010.
- AVELINO, Gisela Maria Prata. Carvalho, Rosemeiry Melo. Silva, Luíz Artur Clemente da. **O comércio intra-setorial e suas implicações para a economia cearense**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 04, p. 831-855, out/dez 2009
- AZEVEDO, F. Z. de; PORTUGAL, M. S.; BRANCELLOS NETO, P. C. F. de. **Impactos comerciais da Área de Livre Comércio das Américas: uma aplicação do modelo gravitacional**. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 10, n. 2, p. 237-267, 2006.
- BARRAL, Welber Oliveira. **Comercio internacional**. Editora del Rey, 2007.
- BATISTA, Marcos. **A evolução da economia: uma abordagem histórica sobre os principais modelos, teorias e pensadores**. *Revista uniaraguaia*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 286-302, abr. 2012. ISSN 2676-0436. Disponível em: <<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/68>>. Acesso em: 10 Ago. 2022.
- BCB – Banco Central do Brasil. **Transações Correntes acumulado em 12 meses em relação ao PIB – mensal**. Gov.br, 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/23079-transacoes-correntes-acumulado-em-12-meses-em-relacao-ao-pib---mensal>. Acesso em 28 Nov. 2022
- BCB - Panorama Trimestral Setor Externo. **Assessoramento Econômico BB**. Novembro/2022. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/utg/PanoramaExterno.pdf>. Acesso em 28 Nov. 2022
- BENEDICTIS, L. de; TUGLIONI, D. **The Gravity Model in International Trade**. [S.l., 2011].
- BERK, Jonathan, and DEMARZO, Peter. **Finanças Empresariais**. Brasil, Bookman, 2000.
- CIGNACCO, Bruno Roque. **Fundamentos de comercio internacional**. Saraiva Educação SA, 2017.
- COMEX STAT. **Consulta importação e exportação**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>> Acesso em 21 jan. 2023.
- COSTA, João Erick Alexandre Barbosa et al. **Uma análise dos determinantes macroeconômicos sobre o investimento produtivo dos estados brasileiros**. Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

FARIAS, Diogo Henrique; DE OLIVEIRA, Vinicius Napole. **Estudo sobre as taxas de juros com enfoque para a Taxa SELIC**. 2013.

FEIJÓ, C. **Contabilidade Social**: Referencia atualizada das contas nacionais do Brasil. Brasil, Elsevier Brasil, 2013.

FIA. **Principais parceiros comerciais do Brasil: países, produtos e acordos**. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/parceiros-comerciais-do-brasil/>>. Acesso em 21 jan. 2023.

GOV.BR – Balança Economia – Secretaria do Comercio Exterior / ME. **Balança Comercial Preliminar Parcial do Mês**. 2022. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html#:~:text=As%20importa%C3%A7%C3%B5es%20cresceram%2026%2C2,US%24%20541%2C45%20bilh%C3%B5es. Acesso em 25 Nov. 2022

IANONI, M. **Políticas Públicas e Estado: o Plano Real**. Lua Nova Revista de Cultura e Política, n. 78, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300009&lng=pt&tlng=pt>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dados macroeconômicos**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 24 Nov. 2022

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda – média**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924>. Acesso em 24 Nov. 2022

KRUGM N, P.R.; OBSTFELD, M. (2003). **International Economics**: theory and policy. 6. Ed. Princeton University, New York: Pearson.

KRETER, A. C.; SOUZA JUNIOR, J. R. de C. **Economia Agrícola**. Carta de Conjuntura número 48, Terceiro Trimestre de 2020. IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200825_cc_48_economia_agricola.pdf> Acesso em: 25 ago. 2020.

K LDOR, N. (1972). **The irrelevance of equilibrium economics**. Economic Journal, n. 328, v. 82, pp. 1237-1255.

LERD , S. C. M. S. **Comércio internacional intra-indústria**: spectos teóricos e algumas evidências, cm aplicação ao caso brasileiro. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. 2018.

LIST, F. (2006). **Sistema nacional de economia política**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. MEDEIROS, C. . (2019). Política Industrial e Divisão Internacional de Trabalho. Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 71-87.

LOPES, Armando Tadeu. **Taxa de Câmbio Real e Balança Comercial no Brasil**. Editora Dialética, 2022.

LORENTE, Luis. Sobre a dinâmica do crescimento econômico. **Revista de economia institucional**, v. 23, n. 44, p. 295-310, 2021.

MACIEL, Fernando; FREITAG, Alberto Eduardo Besser. **Evolução na quantidade de estudos sobre capital humano e comportamento da taxa de desemprego: existe correlação?** Revista Uniaraguaia, v. 16, n. 3, p. 18-31, 2021. Disponível em: <https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/1035/VOL16-3-ART-02>. Acesso em 25 Nov. 2022

MAESTRI, Leandro. **O impacto da pandemia no PIB e economia brasileira.** 2021. RUNA - Repositório Universitário da Ânima UNISUL Unisul Digital TCC de Graduação e Especialização Ciências Econômicas. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12994>. Acesso em 25 Nov. 2022

MARTINEZ, Thiago Sevilhano; CERQUEIRA, Vinícius dos Santos. Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA. **Economia e sociedade**, v. 22, p. 409-456, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/yjKwPjkYXJc8GBk6cJcKHfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em 26 Nov. 2022

MATTEI, L. **A política econômica brasileira diante da Covid-19.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, UESB Vitória da Conquista/BA, ano XVII, v.17, n.30, p.172-83, jul./dez. 2020.

MÁXIMO, Welton. Copom reduz juros básicos para 7% ao ano, o menor nível da história. **Jornal Agência Brasil** . Publicado em 06/12/2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/copom-reduz-juros-basicos-para-7-a-o-ano-o-menor-nivel-da-historia>. Acesso em 26 Nov. 2022

MEDEIROS, C. .; SERR NO, F. (2001). **Inserção Externa**, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. . (Orgs.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes.

MOTA, José Aroudo. **Impacto da covid-19 nas exportações das principais commodities brasileiras.** 2021.

MOREIR , Uallace. (2012). **Teorias do comércio internacional:** um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo, n. 2, v. 32, p. 213-228.

NICOCELI, Artur. **Dólar subiu 55,5% para a América Latina em 10 anos; O que esperar agora?** Especialistas disseram que câmbio é um dos ativos mais voláteis devido às mudanças diárias na cotação. E-Investidor/Mercado. Jornal Estadão, 2022. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/dolar-cotacao-moedas-america-latina/>. Acesso em 28 Nov. 2022.

OECD. **Brasil.** Disponível em: <https://oec.world/es/profile/country/bra?deltaTimeSelector1=deltaTime10&depthSelector3=HS2Depth&marketGrowthLabelSelector=marketGrowthLabelOption1&market>

GrowthViewSelector=marketGrowthViewOption1&yearSelector1=exportGrowthYear17>. Acesso em 26 jan. 2023.

OLIVEIR , M. H. **Evidências empíricas do comércio intra-indústria**. Revista Brasileira de Economia, v.40, n. 33, p. 211-232, 2010.

OLIVEIR , M. H. **Evidências empíricas do comércio intra-indústria**. Revista Brasileira de Economia, v.40, n. 33, p. 211-232, 1986.

PEREIRA, Elenides Santana. **A dinâmica dos preços internacionais de commodities: uma abordagem do caso brasileiro**. Dissertação de Graduação em Economia, apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. 2019.

PREBISCH, Raúl. (2000). **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEP L. Rio de Janeiro: CEP L/COFECON.

RIC RDO, D. (1996). **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Editora Nova Cultural.

ROJAS, Jorge Rojas et al. **El mercantilismo**. CISEPA, 2004.

ROMERO, João. FREITAS, Elton. **Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade**. 2020.

SAYAD, J. **Observações sobre o Plano Real**. Revista de Estudos Econômicos / Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, v.24, n. espec., p.7-24, 1995/1996.

SILVA, Fernanda Aparecida et al. Comércio internacional e crescimento econômico: uma análise considerando os setores e a assimetria de crescimento dos estados. **Nova Economia**, v. 28, p. 807-848, 2018.

SIMONSEN , M. H. & CYSNE , R. P. (1995) **Macroeconomia** . Rio de Janeiro , Fundação Getúlio Vargas , 2a edição . STUDART , R. (1995) Investment Finance in Economic Development , London , Routledge .

SILV , J. .; LOURENÇO, .L.C. (2017). Teorias do Comércio Internacional, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico. Economia-Ensaio, Uberlândia, n. 32, v. 1, p. 159-188.

SMITH, . (2003). **A riqueza das nações**. V.I. Trad. de Alexandre Maral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes.

WILSON, J. The economic impact of coronavirus: analysis from Imperial experts. Imperial College London News, 13 May 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3tyP5zM>>. Acesso em: 16 fevereiro 2023.